



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 126

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-B/65 na Câmara e nº 104/65 no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Matéria a que se refere
1	Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".
2	Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".
3	§§ 5º, 6º e 7º do art. 50 (totalidade).
4	§ 2º do art. 58 (totalidade).
5	Do art. 60 as palavras: "mantém ou".
6	Do § 1º do art. 64 a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de setembro de 1965, às 9 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C/60 na Câmara e nº 163/64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Matéria a que se refere
1	Art. 1º (totalidade).
2	Art. 3º (totalidade).
3	Parágrafo único do art. 5º (totalidade).
4	Arts. 6º e 7º (totalidade).

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 10 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

##### Vetos presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 926-E/56 na Câmara e nº 139/62 no Senado que regula a profissão de corretor de seguros (veto parcial);

2º — Ao Projeto de Lei nº 511-B/60, na Câmara e nº 109/63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);

3º — Ao Projeto de Lei nº 2.362-E/64 na Câmara e nº 279/64 no Senado que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial).

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Primeiro veto Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "em escola".
2	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "ou reconhecida".
3	1º	Do art. 19 as palavras: "destinadas à formação técnica de securitários e corretores de seguros".
4	2º	Segundo veto Totalidade do projeto.
5	3º	Terceiro veto Art. 2º (totalidade).

#### Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º n.º IV do Regimento Comum designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;

— ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, n.º IV do Regimento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

# VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

**Dia 8 de setembro, às 21.30:**

ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

**Dia 9 de setembro, às 9.30:**

— ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (veto parcial);

**Dia 9 de setembro, às 21.30:**

— ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);  
— ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado que concede isenção do imposto de renda a Companhia Siderúrgica Nacional e das outras providências (veto total);  
— ao Projeto de Lei nº 382-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

**Dia 14 de setembro, às 21.30:**

— ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro Estado de Minas Gerais (veto total);  
— ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);  
— ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado que da nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

**Dia 15 de setembro, às 9.30:**

— ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e das outras providências (veto parcial);

**Dia 15 de setembro, às 21.30:**

— ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e das outras providências (veto parcial);  
— ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e das outras providências (veto parcial);  
— ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial);  
— ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e das outras providências (veto parcial);

**Dia 22 de setembro, às 21.30:**

— ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e das outras providências (veto parcial).

## Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.704-61 (nº 38-63, no Senado) que regula as atividades de representante comercial autônomo, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 10 do mês em curso, às 17 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Excelência o Senhor Giuseppe Saragat, Presidente da República Italiana.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

## CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 14 do mês em curso, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Alteza o Grão-Duque de Luxemburgo.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

## ASSINATURAS

### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,
Ano .....	Cr\$ 96
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 135,

### FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,
Ano .....	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

# SENADO FEDERAL

## ATA DA 135ª SESSÃO, EM 6 DE SETEMBRO DE 1965

### 3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos aclamam-se presentes os Srs. Senadores:

Arthur Virgílio  
Pedro Carneiro  
Menezes Pimentel  
Ermírio de Moraes  
Heribaldo Vieira  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Benedicto Valadare  
Nogueira da Gama  
Atílio Fontana  
Guido Mondim  
Mem de Sá — (12)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusou o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

#### EXPEDIENTE:

### MENSAGENS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE 1º DE SETEMBRO DE 1965:

I — De agradecimento de comunicações relativas à aprovação de nomes para cargos cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado:

Nº 355 (número de origem 664) — referente à escolha do Sr. João da

Costa Pinto Dantas Júnior para o Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE);

Nº 356 (número de origem 665) — referente à escolha do Diplomata José Jobim para as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Jamaica;

Nº 357 (número de origem 666-65) — referente à escolha do Sr. Moacyr de Araújo Pereira para o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

II — De agradecimento da remessa de autógrafos de Decretos Legislativos promulgados:

Nº 358-65 (número de origem .... 667-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 77-65;

Nº 359-65 (número de origem .... 668-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 78-65;

Nº 360-65 (número de origem .... 669-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 79-65;

Nº 361-65 (número de origem .... 670-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 80-65;

Nº 362-65 (número de origem .... 671-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 81-65;

Nº 363-65 (número de origem .... 672-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 82-65.

III — De agradecimento de comunicações referentes à aprovação de vetos presidenciais:

Nº 361-65 (número de origem 673) — veto ao Projeto de Lei que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste;

Nº 365-65 (número de origem .... 674-65) — veto ao Projeto de Lei que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos arts. 121, § 3º e 129, § 6º, do Código Penal;

Nº 366-65 (número de origem .... 366-65) — veto ao projeto de lei que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais;

Nº 367-65 (número de origem .... 367-65) — veto ao projeto de lei que disciplina o pagamento das quotas dos impostos de renda e de consumo devidas aos Municípios;

Nº 368-65 (número de origem .... 368-65) — veto ao projeto de lei que dispõe sobre a legitimação adotiva;

Nº 369-65 (número de origem .... 369-65) — veto ao projeto de lei que estabelece condições mínimas de conforto àqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais;

Nº 370-65 (número de origem .... 370-65) — veto ao projeto de lei que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores;

Nº 371-65 (número de origem .... 371-65) — veto ao projeto de lei que dispõe sobre isenção do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências;

Nº 372-65 (número de origem .... 372-65) — veto ao projeto de lei que altera dispositivos do Decreto número 4.014, de 23 de janeiro de 1942, que regulamenta a profissão de despachante aduaneiro;

Nº 373-65 (número de origem .... 373-65) — veto ao projeto de lei que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

#### RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil (de 31 de agosto):

Ofício nº 378-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 378-65, do Sr. Senador Raul Giuberti;

Ofício nº 380-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 418-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

Ofício nº 392-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 390-65;

Ofício nº 399-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 432-65;

Ofício nº 400-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 404-65.

II — Do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio:

Aviso nº AP-138, de 1º de setembro, com referência ao Requerimento número 317-65.

III — Do Sr. Ministro das Relações Exteriores:

Aviso DAM-DTC-SRC-36-577. (31), de 2 de setembro, com referência ao Requerimento nº 504-65.

IV — Do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

Aviso B-327, de 3 de setembro, com referência ao Requerimento nº 347-65.

#### PARECERES

Nº 1.071, de 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei número 163, de 1965, (nº 3.026-B-65 — na Câmara), que dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves

O presente Projeto de Lei tem por objetivo tornar obrigatória a fiscalização do comércio e uso de produtos de do Sul, mantenedora da Escola

fitossanitários em todo o território nacional.

Congresso Nacional com a Mensagem Encaminhada à consideração do genº 482-65, a proposição visa a atualizar a legislação atinente à espécie, toda ela, como bem se ressalta na Exposição de Motivos, desatualizada, já pelo decurso do tempo, já pelo extraordinário progresso verificado nesse tão importante setor de atividade.

Determina o projeto que a aplicação dos novos dispositivos estará a cargo do Departamento de Defesa e Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, que, fica, igualmente, incumbido de especificar e caracterizar os produtos químicos, as preparações e as matérias primas de composição de defensivos de uso na lavoura, para os efeitos desta lei e de outros dispositivos legais relacionados com importação, exportação, fabricação, manipulação, venda e uso de tais produtos no país.

Com a regulamentação e demais medidas complementares que o Poder Executivo baixará, fica o Ministério da Agricultura, por seus órgãos específicos, capacitado a aplicar com eficiência as normas de fiscalização adotadas no Projeto, com evidente benefício para a nossa agricultura.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965. — José Ernirio, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Daniel Krieger. — Edmundo Levi. — Aurélio Vianna. — Mem de Sá. — José Guimard.

#### PARECERES

Nº 1072 e 1073, de 1965

PARECER Nº 1.072, DE 1965  
Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei nº 166, de 1965 (nº 3.033-B-65, da Câmara), que torna obrigatória, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.

Relator: Sr. José Ernirio de Moraes.

Com base no artigo 4º, caput do Ato Institucional, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o presente Projeto de Lei, que fundamenta na exposição de motivos apresentada pelo Senhor Ministro da Agricultura.

O Projeto tramitou regularmente pela Câmara dos Deputados tendo sido aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça, com substitutivo; pela Comissão de Transportes e Comunicações e Obras Públicas, com subemendas; e pela Comissão de Agricultura e Política Rural, com emenda.

Trata-se, realmente, de medida do maior alcance, tornando obrigatório o tratamento da madeira destinada nos serviços de transporte ferroviário e rodoviário, serviços telefônicos, telefônicos e de fornecimento de eletricidade. Esse tratamento, aliás, há vários anos vem sendo executado em São Paulo pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Da mesma forma está agindo a Companhia Vale do Rio Doce, cujos estudos a respeito são os melhores já realizados no país.

A medida representará fator preponderante em nosso trabalho de reforestamento, pois aumentará a longevidade das madeiras, notadamente no que diz respeito, a dormientes e postes, cuja deterioração é acelerada pelo permanente contato com o solo e exposição ao ar livre.

Temos conhecimento da existência de madeiras tratadas que já estão durando cerca de 20 (vinte) anos, quando de outra forma sua longevidade não ultrapassaria 6 (seis) anos. Nosso parecer, pois, é pela aprovação do Projeto, conforme a redação final da Câmara dos Deputados, que acertadamente aprimorou a iniciativa do Poder Executivo, com a seguinte emenda:

Emenda nº 1 — C.P.E.

Ao Art. 1º — Suprimam-se as palavras:

"e principalmente as"

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965. — Mem de Sá, no exercício eventual da Presidência. — Ernirio de Moraes, Relator. — Wilson Gonçalves. — Aurélio Vianna. — José Guimard. — Edmundo Levi.

PARECER Nº 1.073, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965 (nº 3.033-B-65, na Casa de origem), que torna obrigatória, pelas empresas concessionárias de serviço público, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

Pelo presente projeto (art. 1º) passa a ser de uso obrigatório em todo o território nacional, em serviços de utilidade pública explorados por empresas estatais, paraestatais e privadas, e principalmente se destinadas aos transportes ferroviários e rodoviários, serviços telefônicos, telefônicos e de fornecimento de eletricidade, o emprego de madeiras preservadas, especialmente preparadas e trabalhadas para esse fim.

Madeira preservada (art. 3º) é a que for tratada com substâncias químicas que assegurem satisfatória conservação das peças, máxime quando em contacto com o solo ou sob condições que contribuam para a diminuição de sua durabilidade.

A importação de matérias primas ou preparados de emprego específico na preservação das madeiras, aplicam-se (art. 3º) os dispositivos do art. 4º e seus parágrafos, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957. Os produtos ou preparados, de uso na preservação das madeiras, serão indicados pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura, devendo a importação dos mesmos fazer-se na forma das Instruções baixadas pelo Conselho de Política Aduaneira.

Para cumprimento de seus misteres, inclusive a fiscalização da lei e aplicação de sanções, o Departamento de Recursos Naturais será devidamente aparelhado (arts. 4º e 5º).

A matéria deverá ser regulada pelo Poder Executivo (art. 6º), no prazo de noventa dias.

II — A Proposição decorre de Mensagem do Executivo e está convenientemente justificada pela Exposição de Motivos que a acompanha, do Senhor Ministro da Agricultura.

III — As medidas consubstanciadas no projeto parecem-nos de largo alcance econômico, pois visam a assegurar maior longevidade às madeiras, especialmente quando utilizadas em serviços como os de transportes, comunicação e fornecimento de energia.

Valem, assim, essas medidas, como providências complementares de campanha de reforestamento, tão necessária ao Brasil, pois a preservação da madeira é uma maneira de dilatar o seu tempo de utilização, e, nesse interregno, as reservas florestais são poupadas.

IV — O projeto governamental, sobretudo após as alterações que sofreu na Câmara dos Deputados, atinge os objetivos que teve em mira, e, assim entendendo, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 1º de setembro de 1965. — José Ernirio, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Atílio Fontana. — Oscar Passos. — Eugênio Barros. — Adolpho Franco. — Aurélio Vianna, com restrições. — Mem de Sá. — Sigefredo Pacheco.

#### PARECER

Nº 1.074, de 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1965 (nº 3.034-B de 1965 — Câmara), que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.

Relator: Sr. José Guimard.

O Projeto ora submetido à nossa apreciação decorreu de Mensagem do Executivo ao Congresso e tem por escopo modificar o Decreto-lei número 58, de 10 de dezembro de 1937, a fim de determinar sejam compulsoriamente ouvidas as autoridades florestais sobre plantas e planos de loteamento quando se tratar de área florestada.

Ao justificar a alteração preconizada, ressalta a exposição de motivos que acompanha o projeto, verbis:

"Tal projeto tem em vista proporcionar às autoridades competentes meios necessários à proteção das florestas nacionais, especialmente no que se refere aos atentados contra os aspectos paisagísticos das nossas cidades, prejudicadas pela devastação da moldura vegetal das encostas de morros que dão um toque pitoresco nos centros urbanos e seus arredores".

Visa, assim, a proposição a preservar as nossas reservas florestais, com a manutenção de áreas verdes, indispensáveis ao bem estar e à beleza paisagística de nossas urbes.

Diante do exposto e tendo em vista a manifesta conveniência do projeto, esta Comissão opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965. — José Ernirio, Presidente. — José Guimard, Relator. — Mem de Sá. — Aurélio Vianna. — Edmundo Levi. — Wilson Gonçalves.

#### PARECER

Nº 1.075, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (número 203-B-65, na Casa de origem).

Relator: Sr. Heribaldo Vieira.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (nº 203-B-65, na Casa de origem), que determina o registro do Convênio nº 01-64-59 celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1965. — Josephat Marinho, Presidente. — Heribaldo Vieira, Relator. — Edmundo Levi. — Meneses Pimentel.

ANEXO AO PARECER Nº 1.075-65  
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (nº 208-B de 1965, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Determina o registro do Convênio nº 01-64-69 celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Tribunal de Contas da União registrará o Convênio número 01-64-69, celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, mantenedora da Escola São Carlos, de Santa Vitória do Palmar, no mesmo Estado.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### PARECERES

Nº 1.076 - 1.077, de 1965

PARECER Nº 1.076, DE 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo ao projeto de lei da Câmara número 168, de 1965 (nº 3.031-2-1965). — Câmara, que concede, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante, aos materiais importados pelos bancos estaduais, para uso próprio.

Relator: Sr. Mem de Sá

Com a mensagem do Sr. Presidente da República, datada de 4 de agosto, o projeto em exame visava, originalmente, a conceder as isenções fiscais enumeradas na ementa aos materiais, bens e equipamentos, acessórios, importados pelo Banco do Estado da Guanabara.

Justificava o pedido, formulado pelo Governador daquele Estado ao Ministro da Fazenda, a grande expansão daquele estabelecimento oficial de crédito e a necessidade de importar materiais e equipamentos para seus serviços e agências.

O prazo da concessão é de dois anos, fixando o artigo 2º do projeto que o benefício se não estende a material com similar nacional.

Consoante o artigo 3º a isenção abrange os materiais já importados pelo Banco mencionado, inclusive os já despachados nas repartições aduaneiras, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Em sua exposição de motivos, o Sr. Ministro da Fazenda fundamenta a proposição no interesse da população e da economia do Estado.

Na Câmara dos Deputados, sua Comissão de Constituição e Justiça propôs emenda, finalmente aprovada pelo Plenário, segundo a qual o fator é ampliado a todos os bancos estaduais.

Esta Comissão dá parecer favorável ao projeto, apresentando-lhe a seguinte

emenda, que tem por fim lhe dar redação mais precisa:

#### Emenda nº 1 CPE

Ao Art. 1º. Onde se diz: "pelos bancos estaduais, para uso próprio" — Diga-se: "pelos bancos oficiais dos Estados, inclusive os constituídos sob a forma de sociedade de economia mista de que os Estados detêm a maioria das ações ordinárias, para uso próprio".

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965 — José Ermirio, Presidente — Mem de Sá — Relator — Aurélio Viana — Edmundo Levi — Wilson Gonçalves — José Guimard — Daniel Krieger.

PARECER Nº 1.077, DE 1965

Da Comissão de Finanças ao projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965 (na Câmara nº 3.037-B), que concede, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e de consumo bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante, aos materiais importados pelos bancos estaduais, para uso próprio.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves

O projeto, originário de Mensagem do Poder Executivo, concede isenção pelo prazo de dois (2) anos, dos impostos de importação e de consumo, e de taxas, a materiais importados, para uso próprio, pelos bancos estaduais. Originariamente, o Poder Executivo indicava a isenção apenas para o Banco do Estado da Guanabara. Na Câmara dos Deputados, mediante emenda, a medida tornou-se de ordem geral, extensiva a todos os bancos oficiais, estaduais.

A isenção não abrange os materiais que tenham similar nacional; alcança, porém, as importações liberadas mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Do ângulo da competência desta Comissão de Finanças, a proposição merece ser acolhida; sobretudo com a modificação introduzida pela Câmara dos Deputados, uma vez que não só a isenção é regra geral para importações ou outros atos dos governos estaduais sobre os quais possam incidir tributos da União, como, também, no caso de estender-se a medida a bancos oficiais, devemos estendê-la a todos, de todos os Estados da Federação.

A Comissão de Finanças, ante o exposto, opina pela aprovação do PLC nº 168, de 1965.

Sala das Comissões, em 1 de setembro de 1965. — José Ermirio, Presidente — Wilson Gonçalves, Relator — Mem de Sá — Aurélio Viana, vencido — Adolpho Franco, vencido — Eugênio Barros — Sigefredo Pacheco — Oscar Passos, vencido — Atílio Fontana.

#### PARECER

Nº 1.078, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A, de 1963, na Casa de origem).

Relator: Sr. Heribaldo Vieira

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1965. — Josaphat Marinho, Presidente — Heribaldo Vieira, Relator — Edmundo Levi — Menezes Pimentel.

ANEXO AO PARECER Nº 1.078-65  
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (número 51-A, de 1963, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Mantem o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' mantido o ato do Tribunal de Contas, de 19 de novembro de 1954, denegatório de registro ao termo de contrato, de 28 de setembro de 1954, celebrado entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos, para a construção de grupos de casas na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa). Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO

Nº 617, de 1965

A Comissão Especial criada com a aprovação do Requerimento nº 283, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias-primas, minerais e produtos agropecuários nacionais," requer nos termos do art. 145, item I, letra "a", do Regimento Interno, seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, a fim de, perante a Comissão, ser ouvido sobre assuntos de interesse deste órgão técnico relacionados com a exportação de produtos agropecuários e minerais nacionais.

Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1965. — Senador Sigefredo Pacheco, Presidente — Senador Heribaldo Vieira, Vice-Presidente — Senador José Ermirio, Relator e Senador Atílio Fontana.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido vai à publicação. Posteriormente, será incluído na Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

#### O SR. ATILIO FONTANA:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a FAO, órgão com sede em Roma, subordinado a ONU, que tem como finalidade precípua estudar o problema mundial da alimentação, da produção de gêneros alimentícios, encaminhou recentemente aquela Organização mundial um relatório sobre o resultado dos estudos feitos sobre a população mundial, suas condições de alimentação e as previsões para as futuras produções de gêneros alimentícios. Lamentavelmente, entre

os países em que a situação prevista não é nada boa, está o Brasil.

O Jornal "Correio Braziliense" do dia 1º do corrente publica um artigo sobre o relatório da FAO, com o seguinte cabeçalho:

"O Brasil é país marcado para a catástrofe da fome em grande escala".

Um tópico do relatório diz:

"Os fatos de maior destaque nos estudos são:

I — Até 1980 cerca de mais de um bilhão de pessoas" exigirão alimentos, nos países subdesenvolvidos;

II — Na América do Sul, o Brasil poderá apresentar panorama de fome muito superior ao da Índia, nos dias atuais, se na próxima década as grandes áreas no País não forem racionalmente aproveitadas para plantio, em grande escala, de culturas tropicais e subtropicais de alto valor alimentício.

E mais adiante diz ainda o relatório:

"Na América Latina, mormente no Brasil, Peru, Colômbia e Equador, o caso foi mais grave nesse período. A população registrou um índice de aumento de 2,3% enquanto que a produção alimentícia caiu em 6%".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, reiteradamente, da tribuna desta Casa, nos temos pronunciado a respeito do problema da produção agropecuária. Não poderíamos, portanto, deixar de levar em consideração o relatório da FAO, prevendo para o futuro da nossa Pátria, dias bastante sombrios. Essa previsão deve servir de advertência ainda que para daqui a 15 ou 20 anos. As gerações atuais não podem deixar de tomar providências para que as do futuro não venham a encontrar o país em condições tão precárias quanto as que prevê a FAO.

A verdade é que, no Brasil, muda o Governo mas a produção agropecuária continua a mesma. Ainda recentemente, a imprensa americana comentava que a "Aliança para o Progresso" tem contribuído, especialmente no Nordeste brasileiro, para melhor industrialização da região, mas que a zona rural — agricultura e a pecuária — continua à mercê de melhoramentos. Assiste-nos, portanto, quando insistimos em que nosso desenvolvimento rural continua lento, podíamos até dizer que pouco ou nada se tem feito.

O O Governo tem sua atenção sempre voltada para os centros urbanos, especialmente procurando manter o abastecimento de gêneros alimentícios a preço baixo.

Enquanto o Governo envida todos os esforços em manter essa política de proteção aos centros urbanos o nosso agricultor se vê na contingência de pagar cada vez mais por tudo que necessita para o desempenho de suas atividades, para seu sustento.

Paralelamente a essa situação, verificamos que as dotações orçamentárias do Ministério da Agricultura são reduzidas. Para o corrente ano essa dotação atinge a cifra de ..... Cr\$ 175.120.700.000, que representa, apenas, 1/26 do Orçamento da República.

Sabemos que o Ministério da Agricultura necessita de maiores recursos para poder desenvolver, com eficiência, sua ajuda à agricultura mediante, por exemplo, a formação de um quadro técnico de elevado padrão que forneceria aos nossos agricultores os ensinamentos aprendidos nas escolas espe-



atizadas, como também os orientaria no particular, quanto ao problema das sementes de qualidade, do uso de fertilizantes, etc.

Nossas terras estão esgotadas, cançadas. Terras virgens, de boa qualidade para a agricultura, há poucas, e o lavrador, sem recursos da técnica, sem sementes selecionadas nem adubos a preços acessíveis, não consegue fazer sua lavoura produzir satisfatoriamente. Com a baixa produtividade dos campos, eleva-se o custo e o Governo pressiona no sentido de não se aumentar o preço dos gêneros alimentícios. Não deixa de ser uma atitude muito digna, louvável, mas para se manter a estabilidade dos preços dos gêneros alimentícios é preciso amparar o homem que cultiva a terra, prestando-lhe toda a assistência, a fim que produza a baixo preço.

O nosso lavrador, em geral, não tem possibilidade de produzir a baixo custo. Temos experiência nesse sentido. Em Santa Catarina, quando o lavrador é assistido, recebendo boas sementes, bons animais, reprodutores consegue realmente melhores safras.

Então o custo médio é mais baixo. Constatamos, tanto na Europa como nos Estados Unidos, que, por área de terra, há uma colheita mais que o triplo das nossas lavouras. Os nossos lavradores colhem pouco e, portanto, o produto custa caro. Além disso, há o desestímulo e, principalmente, a fuga de jovens filhos de agricultores à procura dos centros urbanos, onde estão mais amparados e têm padrão de vida melhor que na zona rural.

Podíamos desenvolver muito, no nosso País, como tendo dito muitas vezes, a pecuária. O Brasil tem as melhores condições possíveis para se tornar um grande produtor de carne, para suprir os mercados internacionais, mas, nesse setor, o Governo não tem adotado uma política sensata, uma política bem orientada. Ainda há pouco, tivemos notícia de coltrabando de gado de Mato Grosso para o Paraguai e, certamente, no final, esse gado atingirá frigoríficos da Argentina, de onde será exportado. Enquanto isso, o Governo, através da SUNAB, pretende que o pecuarista continue entregando o seu rebanho a um preço baixo. Daí a saída de nosso gado para os países vizinhos.

Ainda há pouco, em São Paulo, se verificou a concordata de quatro frigoríficos, que, na verdade, eram dirigidos por homens que não têm aquela moral par negócios; elementos que já haviam falido em tempos passados, que, enfim, não deveriam merecer o apoio do Governo. Constatamos, entretanto, que o Banco do Brasil é credor de uma grande soma dessa concordata.

Em resposta à requerimento que encaminhamos à Mesa do Senado, com referência a essas concordatas, recebemos o seguinte ofício:

"Montam a Cr\$ 1.858 milhões as dívidas das empresas do chamado Grupo Fiadini (Matadouro Industrial Minerva S.A., de Barretos, Frigorífico São Carlos do Píthai S.A., de São Carlos, Frigorífico T. Maia S.A., de Araçatuba, e Frigorífico Cruzeiro S.A., de Cruzeiro) para com este Banco, todas com garantias consideradas suficientes".

"Não concedemos nem a qualquer estudo visando a concessão de financiamento deste banco aos mencionados frigoríficos. Temos conhecimento de que o Frigorífico São Carlos do Píthai, há cerca de 10 anos, foi requerente de concordata, sendo o pedido sustado posteriormente com a liquidação dos débitos e também é do nosso conhecimento que o Sr. Sérgio Fiadini sofreu falência há mais de 27 anos.

Portanto, são elementos que já têm um passado que não poderia recomendá-los e, mesmo assim, conseguiram empréstimos volumosos que outras organizações com melhor tradição e idoneidade moral não obtiveram.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Guido Mondin — Recuando, ligeiramente, na exposição que V. Exa. faz à Casa, ressaltou que o problema da reforma agrária, no Brasil, existia. Para sua solução, seriam necessárias duas iniciativas: a reforma da Constituição e a votação do instituto agrário. Isto foi feito e o problema está resolvido.

O SR. ATILIO FONTANA — Não sei se compreendi bem o aparte de V. Exa.

O Sr. Guido Mondin — Não dá para entender, nobre Senador Atilio Fontana, porque nos desespera, precisamente, saber que tudo aquilo que se reclamava e se suscitava para solução do imenso problema, foi concedido apesar de continuarmos muito mais parados do que antes.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pela colaboração de V. Exa. Realmente, não estamos vislumbrando qualquer melhoria da situação.

O Sr. Guido Mondin — Assisti à inauguração de um grande contentimento, qual seja a exposição de gado realizada, em Porto Alegre, recentemente. Ali, o Sr. Ministro da Agricultura proferiu um discurso no qual anunciava uma série de realizações que, no fundo, nada mais são do que a execução de um programa de rotina que tem caracterizado ao longo de sua vida, a ação do Ministério da Agricultura. Nada mais. Nada de inovar, nada de novo, nada no sentido de fazer sentir que procedemos àquela reforma que era — e é — reclamadíssima, ainda mais depois dos dados da FAO que V. Exa. acaba de ler, anunciando um futuro próximo de verdadeira desgraça para o Brasil.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço muito o aparte do nobre Senador Guido Mondin porque é uma colaboração valiosa ao meu discurso.

Realmente, o Ministério da Agricultura continua como nos anos passados e pouco ou nada se pode esperar do modo por que está sendo conduzido o problema. Pior ainda, os quatro frigoríficos requereram concordata preventiva. Posteriormente, foi decretada a intervenção e a SUNAB tomou conta dos estabelecimentos. Dissemos, desta tribuna, na ocasião, que a orientação traria maiores perturbações e prejuízos, porque o dinheiro que o Governo confiscou da exportação de carne neste ano, da ordem de 25 a 30%, empregado no funcionamento dos frigoríficos — dirigições, apenas, por dois interventores, em geral honestos mas faltando-lhes experiência — não poderia dar bom resultado. Ainda há dias, o Presidente da SUNAB declarou à imprensa que, em poucas semanas, se registrou um prejuízo, nos quatro frigoríficos, da ordem de 250 milhões de cruzeiros, confirmando-se, assim, as nossas previsões. Em última análise quem pagou o confisco de 30% nas cambiais foi o pecuarista, que não se beneficiou, embora na portaria baixada rezasse que grande parte do dinheiro seria aplicado em benefício do mesmo. Em lugar disto, os pecuaristas que venderam seus rebanhos, a prazo, para o Grupo Fiadini, não conseguiram receber o pagamento e tampouco aprovaram as inventórias porque não encontraram financiamento.

Esse dinheiro confiscado devia ter sido aplicado no amparo aos pecuaristas

para que pudessem continuar suas atividades, lotando os seus campos e na engorda dos bois. Em vez de fomentar a iniciativa privada, o Governo, fazendo esta intervenção está trazendo, para os órgãos governamentais dificuldades, pois como todos sabem, funcionam mal, em condições desvantajosas e por isso, produzem a preço muito elevado.

Lamentamos que o Governo pretenda fazer funcionar esses quatro frigoríficos por intermédio da SUNAB. O problema da carne continua o mesmo nos grandes centros urbanos. Deveria o Governo se preocupar, muito mais, com o financiamento daqueles pecuaristas.

Há poucos dias, fizemos uso da tribuna para demonstrar como os países adiantados da Europa, e os Estados Unidos, que visitamos recentemente, conseguem desenvolver esse setor de produção em condições bastante econômicas. É que o Governo tem como maior preocupação fomentar a iniciativa privada, fiscalizando-a, é, naturalmente, cobrando-lhe os tributos que o aumento da produção canaliza para o tesouro da nação.

Aqui, no Brasil, lamentavelmente, continuamos na mesma situação, muito embora reconheçamos que o Presidente da República e seus auxiliares desejam que a iniciativa privada se desenvolva. Entretanto, no caso dos quatro frigoríficos de São Paulo, em lugar de entregá-los a firmas idôneas existentes no Brasil, faz a intervenção e toma conta deles. Entendia-se que iriam fornecer carne a baixo preço, de tabela, mas, agora mesmo, a SUNAB, que estabeleceu o preço de 9 mil cruzeiros a arroba ao preço de Cr\$ 9.000, a arroba do boi, ela não conseguia suprir o mercado e teve de abrir mão, deixando o preço subir até Cr\$ 12.000, a arroba. Portanto, não deveria haver intervenção da parte do Governo, deveria o Governo, isto sim, fomentar a produção, através do Ministério da Agricultura. A fim de estabilizar os preços. Mas tal não se faz no Brasil. O Governo deveria voltar o seu pensamento para a produção, formar estoques para que, nas entre-safras, fossem os mesmos lançados no mercado, evitando-se, assim, as grandes e bruscas oscilações. Estamos, atualmente, na safra dos suínos para abate, mas o Governo não financia as empresas. O seu capital de giro, com a inflação, ficou reduzido e elas não têm mais condições de formar estoques. Os pedidos de financiamentos vão à SUNAB que lhes responde não convém o financiamento, porque, do contrário, poderia faltar o produto no mercado e é melhor lançá-lo no mercado, mesmo abaixo do custo.

Não conseguimos o financiamento. Daí a razão porque, daqui a cinco ou seis meses, na época da entressafra, o mercado terá uma alta sensível, brusca que atingirá o consumidor.

Agora, sacrifica-se o suinocultor, porque este tem que vender sua produção no mercado, mesmo que seja a preço bastante baixo. Consequentemente, o industrial volta a comprar os animais dos suinocultores a preço abaixo do custo real.

Entim, entendemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não quisermos confirmar as previsões da FAO, de que, no Brasil, haverá fome num futuro não muito remoto. É preciso que o Governo volte imediatamente suas vistas para a agricultura; é preciso que se desenvolva no País principalmente a indústria de fertilizantes porque, sem fertilizantes, sem boa semente e sem preço justo para a produção proveniente da pecuária e da lavoura jamais poderemos ter abundância. Semente, pois, com fertilizantes, boa semente, financiamento e assistência técnica e preço justo é que o Brasil, saindo da situação de pobreza de gêneros alimentícios, poderá formar os estoques para as épocas X da entressafra.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcellos Torres. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMIRO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, prestando, nesta oportunidade, trazer ao conhecimento desta Casa alguns fatos que reputo da maior gravidade, e que dizem respeito aos números e crueldades problemas que, no Nordeste, vêm desafiando a argúcia, a coragem e a boa vontade de um punhado de bons brasileiros, que teimam em realizar a urgente tarefa da integração nacional daquela região do país, numa dura e cruenta luta contra o subdesenvolvimento.

Tarefa que, na realidade e na prática conta, pelo menos legal e teoricamente, com o poderoso instrumento representado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nascida de uma idéia fértil e generosa. Para se aquilatar a relevância do papel destinado à SUDENE, basta lembrar que, se o Nordeste fosse um país, seria o segundo em população e o terceiro em área, na América do Sul. Em área supera a Itália, Espanha e Portugal reunidos. Tem, tantos habitantes quanto a Tailândia e mais do que a Argentina. Entretanto, sua renda interna não vai além de 18,2% da renda interna do Brasil. Sua renda per capita não atinge 50% da do conjunto da América Latina, sendo superior apenas à da Bolívia, Haiti e Paraguai. 66% de sua população concentra-se no setor rural, enquanto no Brasil a percentagem se fixa em 55%. A concentração de famílias é mais acentuada nos grupos de renda mais baixa. Pois os chineses já dizem que é "prolífero o leito dos pobres". Na composição do produto regional, as atividades primárias entram com 48%, a indústria com 17% e os serviços com 35%. Esse o quadro real e realista do Nordeste, que exige providências concretas, imediatas e urgentes, não bastante legislar e legislar no papel, como parece ser da preferência do atual Governo.

Apesar dessa relevante missão, a verdade verdadeira e irrefutável é que a SUDENE, através, no dia de hoje, em que pese o esforço de seus dirigentes, uma das fases mais difíceis de sua curta história, e, infelizmente, nem tudo tem sido contado ou informado ao Congresso Nacional e à opinião pública.

Princípios por acentuar que a SUDENE já não coiza das inúmeras vantagens e do tratamento especial que antes lhe era concedido, não por simples boa vontade do legislador, mas exclusivamente em face da imensa necessidade de se dar ao órgão instrumentos e meios capazes de executarem a difícil missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico de uma das mais pobres áreas do mundo, com uma população de 25 milhões de brasileiros, aumentando a cada dia que passa.

Passou a ser subordinado a vários órgãos burocráticos no mesmo tempo, como o DASP e o Tribunal de Contas da União, sem se falar no Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais praticamente ainda em estado embrionário.

Essa subordinação imbecil em qualquer sentido, uma vez que, não foi, foram parte do seu Conselho Deliberativo Governadores dos Estados do Nordeste, além de represen-

tantes dos Ministérios e órgãos ligados ao desenvolvimento da região.

Tudo isso ocorre e vem ocorrendo, é bom salientar, apesar das reiteradas declarações públicas do Senhor Presidente da República, que em discurso proferido no dia 6 de junho p.p., na cidade do Recife, afirmou:

“Não faltarão à SUDENE recursos financeiros para a execução do seu programa de desenvolvimento, que se integra, em nível prioritário, no Plano Geral do Governo”.

Mas, em contraposição a essas palavras, muito tem sido tentado no sentido de um verdadeiro esvaziamento da SUDENE.

Assim é que, com o apoio do eclético Ministro do Planejamento, e provavelmente à revelia do próprio Presidente da República, recentemente foi tentada a supressão do artigo 34 (hoje artigo 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963), um dos maiores incentivos para a indústria privada do Nordeste. Não fosse a oportuna e decisiva posição assumida por empresários, deputados e senadores, teria ido por água abaixo um dos mais eficazes dispositivos para a industrialização do Nordeste. E esse incentivo não foi criado gratuitamente pelo Congresso Nacional. Não. Representou o resultado de uma imposição de ordem econômica, com a finalidade de integrar o Nordeste na economia nacional, ao mesmo tempo proporcionando ao Sul mercado mais intenso e mais dinâmico.

Senhor Presidente,

Desde sua criação que a SUDENE se regia por legislação própria e apropriada às suas finalidades, notadamente a respeito da contratação ou admissão de pessoal técnico e especializado. Hoje toda essa legislação está, ou revogada expressamente, ou em vias de expressa revogação. Perdeu a SUDENE aquela flexibilidade, aquela maleabilidade característica de órgãos de pesquisas e de trabalho intenso, livres das peias emaranhadas da burocracia. A lei básica da SUDENE (nº 3.692, de 1959) e os I e II Planos Diretores (Leis nºs 3.995, de 1961, e 4.239, de 1963) que permitiam essa flexibilidade, foram esvaziadas, com enormes prejuízos, não apenas para a SUDENE em si, mas para toda aquela pobre e cada vez mais empobrecida região nordestina.

A realidade é que não se tem dado à SUDENE todo o apoio governamental de que necessita para a consecução do ideal do soerguimento econômico do Nordeste. Toda essa região tem pleno conhecimento de que o onisciente Ministro do Planejamento, que apesar do título de seu Ministério prefere colher frutos mais rápidos e mais diretos, e não a longo prazo, prefere pedir emprestado em lugar de incentivar a produção, é o inimigo número UM da SUDENE. Pois em mais de uma oportunidade ele se declarou favorável a investimentos maciços nas regiões onde o rendimento é mais imediato, o que evidentemente exclui o Nordeste.

O próprio Superintendente da SUDENE já teve de sair mais de uma vez do Recife para tentar resolver assuntos relativos à política salarial do órgão que dirige, mas em nenhuma dessas andanças trouxe qualquer solução, embora o Senhor Presidente da República lhe tenha pessoalmente manifestado todo o apoio. E, por mais incrível que pareça, depois de tantas promessas, o recente decreto regulando o regime de tempo integral agravou talvez irremediavelmente a situação, que já era insustentável, pois determinou a redução dos vencimentos dos Técnicos!

Nessas condições, nenhum organismo, nenhuma empresa que tem de realizar muito em pouco tempo pode subsistir. Quem quer que tenha precisado de mão-de-obra qualificada sabe das dificuldades para a sua consecução. Se se fizer um anúncio procurado trabalhadores não qualificados, logo de imediato se formará extensa fila de candidatos. Mas quando se anuncia a procura de, por exemplo, um engenheiro especializado, quem está destinado a ficar esperando é o empregador. Para nos capacitarmos desta verdade, bastará a leitura das ofertas de trabalho nos jornais de grande circulação no país. Então veremos como se repetem, numa monotonia quase que enervante, os anúncios dessa natureza, por meses a fio.

Estamos seguramente informados, Senhor Presidente, de que cerca de 60 técnicos de alto nível já tiveram de deixar a SUDENE, em virtude da atual política salarial do Governo. Assim tiveram de agir premidos pelas mais elementares necessidades, e somente chegaram a essa decisão depois de esgotada até o fim sua tradicional e quase épica “vocação nordestina”.

Aliás, essa situação não encontramos somente na SUDENE. Ainda na última quinta-feira, quando aqui esteve, o próprio Ilustre Ministro das Minas e Energia deixou patente a angustiosa falta de técnicos especializados por que passam os mais diversos departamentos do seu Ministério, a começar pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, com tantas e tão relevantes responsabilidades.

Essa política de retribuição salarial inadequada, principalmente em se tratando de técnicos de alto nível, cujo trabalho não pode ser milimetrado, e para os quais não se devem aplicar os critérios burocráticos comuns, precisa, com toda a urgência, ser modificada.

Com relação diretamente à SUDENE, urgentes medidas, a curto e a longo prazo precisam ser tomadas, começando pela revisão, em bases mais altas e adequadas à região, da remuneração dos seus servidores, pelo menos em igualdade de condições com o setor privado, para que o órgão não continue perdendo seus melhores e mais experimentados técnicos.

A preparação desses técnicos, Sr. Presidente, custa muito dinheiro. E, ao final desse preparo, quando já possuem suficiente experiência, as empresas privadas oferecem-lhes melhores condições e todo o dinheiro do Governo é perdido (Lé).

A perda desses técnicos acarretará, certamente, consequências imprevisíveis, a principiar pela paralização dos trabalhos da SUDENE, com reflexos imediatos nas empresas particulares que, de boa-fé, se instalaram naquela região. A longo prazo, senhores Senadores, será necessário introduzir na lei III do Plano Diretor dispositivo idêntico ao artigo 29 e seus parágrafos do II Plano, estabelecendo quadro próprio para a SUDENE, subordinado a legislação específica, tendo em vista sua alta importância e seu caráter todo especial. Em uma palavra, Senhor Presidente, é preciso dirigir a SUDENE com mão firme e decidida, com o perfeito conhecimento das peculiaridades daquela região, e, principalmente, com a consciência plena da profundidade de seus problemas dentro do contexto do drama nacional. E não será certamente, com faustosas comitivas se dirigindo sem qualquer planejamento prévio e racional às mais distantes regiões do mundo, que nossos problemas terão solução.

Que se diria antigamente se nosso Governo anterior enviasse seu primeiro Ministro à União Soviética? No Mi-

nimo, que se tratava de um Governo comunizante, anti-cristão e anti-ocidental. Como mudaram rapidamente os tempos!

Reconhecemos que a União Soviética representa hoje em dia um dos polos da civilização moderna, possuindo o maior contingente de técnicos especializados formados anualmente, tendo uma pujança econômica que não pode ser desconhecida.

Sr. Presidente, são cerca de novecentos mil universitários e cerca de cento e trinta e três mil engenheiros que saem das escolas, todos os anos.

Sempre fomos favoráveis ao regime de comércio com todos os países do Leste. Mas não queremos deixar de manifestar nossa surpresa em face da contraditória atitude do Sr. Ministro do Planejamento, que se tivesse certeza dos anúncios e propalados investimentos norte-americanos no Brasil, não estaria a esta hora enfrentando os rigores do inverno soviético: Onde sua coerência? Onde suas convicções?

Temos o direito de estranhar e de indagar, senhor Presidente, em nome do povo brasileiro. (Muito bem, muito bem)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

#### COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gozo me achava, reassumo hoje o exercício do meu mandato.

Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

#### O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Senhores poucos mas bons Senadores, cheguei hoje de Minas Gerais, terra de V. Ex.<sup>a</sup>, que não devo dizer que seja minha, porque na realidade sou capixaba nascido em Minas Gerais, de uma geografia portentosa, titular e colmeia de homens públicos, que se diversificaram com densidade cultural e espírito público em várias frentes do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, nos altos conselhos da República, e agora administrado por Magalhães Pinto. Minas Gerais é tido como um dos Estados pobres da Federação, já que a sua grande potencialidade são os recursos minerais e, nesse ângulo, a hierarquia tributária é mais da União. É fácil, portanto, compreender-se como é difícil realizar-se o bem-estar sócio-econômico daquele Estado.

Magalhães Pinto assumiu a governança de seu Estado natal numa fase crucial da vida brasileira, mas diante dele tremulavam todas as esperanças no sentido de drenagem de recursos financeiros e técnicos do Governo Federal para o grande Estado montanhês, já que, de envolta com a sua eleição provincial, alçava-se à Presidência da República o Sr. Jânio Quadros que, naturalmente, aninhando um sentimento de gratidão pela marcante e heróica dedicação eleitoral de Magalhães Pinto, com que se beneficiou, realizava no seu espírito e na sua consciência o compromisso de trabalhar, como dizia Rui Barbosa, com mão diurna e com mão noturna, para o soerguimento e para a emancipação econômica de Minas Gerais. Mas, uma renúncia maléfica, galopante, surpreendente e sem grandeza cortou o fio daquelas esperanças e rompeu a drenagem daquele compromisso. Logo depois, tivemos o Governo do Sr. João Goulart que, não obstante

compromissos assumidos, nada fez ou nada pôde fazer no sentido de estimular, com a ajuda financeira, o plano desenvolvimentista elaborado pelo Governador Magalhães Pinto. E até mesmo, Sr. Presidente, o fato adquiriu proporções e características da notoriedade; um empréstimo de alguns bilhões de cruzeiros, em vias de conclusão no Banco do Brasil foi, à última hora, sustado, não se dando a sua liberação. Mais tarde veio a revolução democrática que impediu permanecer o País nas cercanias do caso econômico, como diria o eminente Senador Josépat Marinho ou, então, nas proximidades da letalidade e do aniquilamento do equilíbrio social. Eclosão daquele movimento, numa crise econômica sem precedentes na História deste País, o Governo do eminente Presidente Castello Branco ainda não pôde impulsionar, para a portentosa geografia mineira, os recursos de que carece, em caráter suplementar, para ajudar o Governo daquele Estado a levar a bom termo os seus esforços e as suas fadigas. Mas, Sr. Presidente, apesar disso, em minha recém-estada em Minas Gerais, ouvi de gregos e troianos, de elementos de todos os Partidos políticos, até mesmo daqueles que combatem sistematicamente o estilo de vida político-partidário do Sr. Magalhães Pinto, uma verdadeira sinfonia de realce destacando, entronizando e elogiando a sua administração.

E lá estão, em todos os municípios de Minas Gerais, o marco, a passagem administrativa, o estímulo creditício, enfim, a vontade de realizar do Governador Magalhães Pinto. E como densidade maior do resultado do seu esforço e da sua recompensa, Magalhães Pinto pôde implantar no Estado de Minas Gerais cerca de mil e quinhentos quilômetros de estradas de rodagem.

Mas, Sr. Presidente, o objetivo da minha presença na tribuna, não é fazer o exame do Governo Magalhães Pinto. Este exame melhor seria feito se surgisse dos lábios, do coração e da consciência dos representantes montanhenses nesta Casa, dentre os quais se destaca o eminente Senador Camilo Nogueira da Gama que adversário político do Sr. Magalhães Pinto, por certo em função do espírito de Justiça, irá gravar, nos anais da Casa, o que tem sido aquela administração desenvolvida num dos períodos mais cruciais da vida política, econômica e administrativa do Brasil.

Quero, Sr. Presidente, deixando o preâmbulo, focalizar aquela paisagem alcançada, aqueles deslumbrantes contingentes que emergiram da inauguração do Estádio Minas Gerais, obra do governo Magalhães Pinto, obra das reivindicações e dos sonhos tradicionais do nobre povo mineiro, tarefa exemplarmente cumprida pelo seu governo, que assim se mostrou autêntico na interpretação do verdadeiro sentimento mineiro.

Ontem, ocorreu a inauguração daquele colosso da Pampulha, daquela Pampulha que anteriormente, pelas suas origens, era encarada, nos seus aspectos e nos seus ângulos de suspeição, na alegação e afirmação de que as obras até então implantadas e desenvolvidas o foram com o sacrifício da dignidade administrativa e com o malbaratamento dos recursos do erário.

Hoje, no Governo Magalhães Pinto, construiu-se ali um estádio em cujas obras consumiram-se recursos fabulosos. Mas, não há uma palavra, um gesto, não ocorre uma insinuação sequer no que diz respeito à impecável lisura da aplicação dos dinheiros públicos e das poupanças captadas no setor privado.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. José Ermirio — Não conheço trabalhos da administração Magalhães Pinto. Há três dias li, nos jornais de São Paulo, algo que muito me alegrou, e que comprova o nacionalismo de S. Ex. Por intermédio de um relatório da METAMIG, vê-se que mais de dois terços de minério de ferro já estão em poder de empresas estrangeiras. É uma denúncia que a nação não pode desconhecer. Já é tempo de os brasileiros controlarem suas riquezas.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço, eminente Senador José Ermirio, a contribuição do seu aparte, que reforça o conjunto de elogios com que o povo mineiro está premiando o Governador Magalhães Pinto.

Senhor Presidente, ainda trazendo ao espírito as sonoridades festivas daquela inauguração, conduzindo na minha alma o espetáculo de cores que foi aquele ato solene e recolhendo, também, as excelentes emoções de brasileiro, frente à vitória da seleção mineira sobre um dos mais aguerridos e tradicionais clubes argentinos, quero colocar, nos Anais da Casa, a sinceridade das minhas congratulações pela inauguração do Estádio de Minas Gerais, daquele estádio que, tendo recebido este nome, pouco antes da sua inauguração, recebia outra denominação, qual seja, a de "Gigante da Pampulha". Mas, graças à adequada interpretação da alma das ruas, recebeu apenas o nome de "Mineirão". O Estádio das Gerais ficará assim denominado, por um só vocábulo — o "Mineirão" — a expressar, de um lado, esse qualificativo que se dá às grandes coisas e aos grandes homens de Minas Gerais, esse qualificativo que nasceu na velha aristocracia rural do Estado montanhês, e que, por certo, permanecerá atravessando a poeira dos tempos e marchando "pari passu" com o galopar dos anos. O Conselho de Administração do Estádio, nomeado pelo Governador Magalhães Pinto, de logo, de logo, a sua isenção política na realização daquela obra; recrutou desportistas, recrutou administradores e, nessa seleção, não encarou nem bandeiras políticas nem flâmulas partidárias. O Conselho de Administração responsável pela construção do Estádio foi organizado com verdadeiros VIPs do esporte, do comércio, da indústria e da administração pública de Minas Gerais.

(Lendo):

#### ADMINISTRAÇÃO DO ESTÁDIO

Supervisão — Luis Pinto Coelho — Presidente do Conselho de Administração do Estádio Minas Gerais.

Chefia Executiva — Gil César Moreira de Abreu — Administrador do Estádio.

Planejamento — Hélder Márcio Pinelli Gonçalves, Francisco Abel Magalhães Ferreira.

Engenheiros — Direção de Obra — Francisco Abel Magalhães Ferreira, Ferdinando Vargas Leitão de Almeida, Gilberto Osvaldo de Andrade, Abílio Pereira Veiga.

Fiscalização Direta da Armação — Selem Hissa Filho, Cláudio José Baruffini.

Instalações Hidráulicas — João Bena Freire.

Instalação Elétrica — Liszt Viana.

Projeto Arquitetônico — Eduardo Mendes Guimarães Jr., Gaspar Garreto.

Projeto Estrutural — Serviços Emilio Braumgar Ltda., Arthur Eugênio Jermann, Jorge Degow Cláudio José Baruffini, Selem Hissa Filho.

Escoramento Metálico — Jani Inshvitz.

Controle Tecnológico — Mário Fox Drummond.

Fundação Profunda — Euler Magalhães da Rocha.

Topografia — Jair Campos Ramos, José Corrêa Pinto, Samuel de Brito.

Engenheiro Agrônomo — Camilo de Assis Fonseca Filho.

Senhor Presidente, o Estádio de Minas Gerais é o segundo estádio coberto do mundo. Na hierarquia dos

(Lendo)

	Maracanã	"Minas Gerais"
Área ocupada pelo Estádio, pista de atletismo, parques de estacionamento para automóveis e jardins	186.638 m <sup>2</sup>	300.000 m <sup>2</sup>
Funcionamento em conjunto, estádio, pista de atletismo abrigam (capacidade)	250.000	180.000
Capacidade do Estádio (projeto)	155.500	100.000
Forma geométrica de uma falsa elipse, medindo no eixo maior	318,58 m	275,00 m
Forma geométrica de uma falsa elipse, medindo no eixo menor	280,74 m	216,30 m
Perímetro	944,62 m	785,57 m
Altura	32,00 m	25,00 m
Arquibancada (nº de degraus)	48	35
1º degrau em relação ao nível do campo	+ 7,50 m	+ 8,00 m
Último degrau em relação ao nível do campo	+ 23,67 m	+ 18,87 m
No último degrau das arquibancadas, o espectador fica em relação ao centro do campo	126,00 m	90,00 m
Gramado: medidas máximas para jogos internacionais	110 x 75 m	110 x 75 m
O fosso lateral de proteção — profundidade	3,00 m	3,00 m
O fosso lateral de proteção — largura	3,00 m	2,50 m
Túneis de acesso ao gramado	4	3
Placares eletro-mecânicos	3	
Vestiários, música permanente, gabinete médico, sala de massagens, banheiras térmicas e oxigenoterapia	5	4
Alojamentos	100 pessoas	400 pessoas
Escoamento do público, quando lotado	15 minutos	10 minutos
Iluminação do gramado: projetores	220	240
Na construção foram usados: Madeira	850.000 m <sup>3</sup>	300.000 m <sup>3</sup>
Sacos de cimento	500.000	284.000
Ferro	9.582.781 kg	4.000.000 kg
Cabines para rádio e TV, com ar condicionado, isolamento acústico e visor panorâmico	26	24

Sr. Presidente, as manifestações de gratidão para com o Governador Magalhães Pinto pela portentosa obra, ontem inaugurada, foram unânimes. Dentre elas merecem ser destacadas as seguintes:

#### DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS

A Diretoria de Esportes cumpre a missão de esportistas de Minas e, especialmente, o Governador Magalhães Pinto pela inauguração do Estádio Minas Gerais, obra redentora do esporte mineiro.

Natalino Triginelli, Presidente.

#### CLUBE ATLÉTICO MINEIRO

Obrigado Magalhães

Representando os verdadeiros sentimentos da imensa e fervorosa torcida do Clube Atlético Mineiro, de sua diretoria e de todos os conselheiros, agradeço ao Governador Magalhães Pinto pela oferta do Estádio Minas Gerais, ao esporte do Brasil. Fique certo o ilustre homem público e aquelas que sempre estiveram ao seu lado, que os agradecimentos agora recebidos, são pequenos em relação à grandeza do Estádio. No coração de cada atleticano anônimo, reside um monumento mais peregrino que o próprio bronze: a gratidão. — Coronel Lauro Pires, Presidente.

#### AMÉRICA FUTEBOL CLUB

No momento histórico em que todos participam dos festejos de inauguração do Estádio Minas

estádios desse gênero não perde mal, porque perde bem, perdendo para um congênere brasileiro — o Estádio do Maracanã. Tenho, aqui, o confronto entre as características técnicas e arquitetônicas e as proporções dimensionais do "Maracanã" para o "Mineirão":

	Maracanã	"Minas Gerais"
Área ocupada pelo Estádio, pista de atletismo, parques de estacionamento para automóveis e jardins	186.638 m <sup>2</sup>	300.000 m <sup>2</sup>
Funcionamento em conjunto, estádio, pista de atletismo abrigam (capacidade)	250.000	180.000
Capacidade do Estádio (projeto)	155.500	100.000
Forma geométrica de uma falsa elipse, medindo no eixo maior	318,58 m	275,00 m
Forma geométrica de uma falsa elipse, medindo no eixo menor	280,74 m	216,30 m
Perímetro	944,62 m	785,57 m
Altura	32,00 m	25,00 m
Arquibancada (nº de degraus)	48	35
1º degrau em relação ao nível do campo	+ 7,50 m	+ 8,00 m
Último degrau em relação ao nível do campo	+ 23,67 m	+ 18,87 m
No último degrau das arquibancadas, o espectador fica em relação ao centro do campo	126,00 m	90,00 m
Gramado: medidas máximas para jogos internacionais	110 x 75 m	110 x 75 m
O fosso lateral de proteção — profundidade	3,00 m	3,00 m
O fosso lateral de proteção — largura	3,00 m	2,50 m
Túneis de acesso ao gramado	4	3
Placares eletro-mecânicos	3	
Vestiários, música permanente, gabinete médico, sala de massagens, banheiras térmicas e oxigenoterapia	5	4
Alojamentos	100 pessoas	400 pessoas
Escoamento do público, quando lotado	15 minutos	10 minutos
Iluminação do gramado: projetores	220	240
Na construção foram usados: Madeira	850.000 m <sup>3</sup>	300.000 m <sup>3</sup>
Sacos de cimento	500.000	284.000
Ferro	9.582.781 kg	4.000.000 kg
Cabines para rádio e TV, com ar condicionado, isolamento acústico e visor panorâmico	26	24

Gerais, a Diretoria, Conselho Deliberativo e associados do América Futebol Clube, sentem-se no indeclinável dever de enviar ao Governador Magalhães Pinto, e a todos aqueles que trabalharam pela concretização da monumental obra, os mais sinceros agradecimentos. Como fundador da Federação e um dos sustentáculos dos desportos, o América continuará desfaldando sua bandeira símbolo fiel de lutas pela preservação das mais elevadas tradições esportivas do povo mineiro. — Walter de Melo e Silva, Presidente em exercício.

#### VILA NOVA ATLÉTICO CLUB

Ao ilustre Governador José de Magalhães Pinto o agradecimento da Diretoria, Conselho Deliberativo e de todos os torcedores do Vila Nova Atlético Clube pela entrega do Brasil, do magnífico Estádio "Minas Gerais" — obra que dignifica o Governo de Minas.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 1965. — Jenuário Carneiro, Presidente.

#### ESPORTE CLUB

##### SIDERÚRGICA

Ao ilustre Governador José de Magalhães Pinto o agradecimento da Diretoria, Conselho Deliberativo e de todos os torcedores do Esporte Clube Siderúrgica pela entrega ao esporte do Brasil do magnífico Estádio "Minas Gerais"

— obra que dignifica o Governo de Minas.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 1965. — Manoel Edson de Oliveira, Presidente.

Assim, Sr. Presidente, toda a sociedade mineira e, principalmente, toda a família esportiva de Minas Gerais, uniram as suas manifestações, argamassaram os seus gestos e orquestraram as suas vozes num preito de reconhecimento e de gratidão ao Governador Magalhães Pinto, que deu a Minas Gerais o segundo estádio coberto do mundo, cujas dimensões características são pouco menores do que as do primeiro congênere em todo o mundo o fabuloso estádio do Maracanã.

Mas, Sr. Presidente, tem-se falado muito, ultimamente, em reforma de base, reforma nas instituições esportivas, reforma nas instituições políticas, reforma nas instituições econômicas, dentre as quais a reforma agrária, e, até mesmo, reforma em nossas instituições representativas, se não mesmo em nosso próprio regime.

Mas, Sr. Presidente, já que estamos falando a respeito do "Mineirão", há necessidade de ser aconselhada e aventada uma outra reforma de base: a reforma do futebol.

Explico, Sr. Presidente. A construção do Estádio Minas Gerais resultou de um esforço sobre-humano do povo e do governo mineiro. O mercado futebolístico de Belo Horizonte está aquém da capacidade de abrigo e da movimentação do Estádio de Minas Gerais. Basta que se diga que a região de Belo Horizonte tem cerca de 700.000 habitantes e a capacidade do estádio é para 100.000 pessoas.

Ora, uma partida de futebol que se realize entre os clubes de Belo Horizonte, no "Mineirão", não levará, para aquela portentosa e fabulosa praça de esporte, sequer uma torcida, uma clientela capaz de cobrir um terço da sua captação de público. Há então necessidade de presença freqüente, de comparecimento periódico dos grandes clubes de São Paulo e da Guanabara. Ora, Sr. Presidente, a Confederação Brasileira de Desportos, até aqui, só vem operando no pingue-pongue São Paulo-Guanabara e, realmente, as grandes partidas de futebol nacional não poderiam ser disputadas a não ser nessas duas grandes praças, mercê da ausência de estádios adequados em outros pontos do País.

Agora, não, Sr. Presidente! Belo Horizonte tem um estádio que coloca, materialmente, em plano de inferioridade qualquer dos dois existentes em São Paulo. E Brasília, muito breve, terá também a sua praça de esportes, atendendo às credenciais e às exigências da Capital Federal da esperança.

Ora, pela lei, o Conselho Nacional de Desportos e a Confederação Brasileira de Futebol já deviam estar sediados em Brasília, há muito tempo. No entanto, os donos dessas duas grandes entidades teimam, perseveram e insistem em continuar usufruindo as delícias rendilhadas da Copacabana imortal.

A construção do estádio de Minas Gerais está a exigir, então, uma providência da parte do Conselho Nacional de Desportos, principalmente da Confederação Brasileira de Futebol, para que os grandes jogos e torneios de campeonatos sejam disputados também em Belo Horizonte, para que aquela obra se firme e se consolide com uma vigorosa e atrevida demonstração do amor desportivo e da capacidade fascinante da Engenharia mineira, de permelo com a dedicação, o louvor e o dinamismo do operário mineiro.

Assim, Sr. Presidente, quer-me pagar que o advento do segundo estádio coberto do mundo está a acon-



seu, senão mesmo a exigir, uma reforma de base no futebol brasileiro, para que o nosso futebol não se confine e não se perca apenas no egoísmo e na fascinação de cartões e de paulistas. Os mineiros, hoje, através do seu estádio, e da sua hospitalidade tradicional, têm condições de oferecer o palco para as grandes disputas do futebol brasileiro.

Sr. Presidente, como disse, com uma região com a população de cerca de setecentos mil habitantes e um estádio com capacidade captativa de público de cem mil pessoas, se não se deslocarem também, para Belo-Horizonte os torneios, até agora só realizados na Guanabara e em São Paulo, o estádio de Minas Gerais estará fadado a se erigir e a se transformar numa faixa de lamentável solidão esportiva.

Com estas palavras e me congratulando com a Casa, principalmente com a representação mineira, notadamente com o eminente Senador Camilo Nogueira da Gama, grande amigo do povo mineiro e fervoroso estimulador do seu esporte, quero salientar que a inauguração do Estádio de Minas Gerais, foi, realmente, um momento de luz, de nobreza e de glória para o grande e glorioso povo mineiro. (Muito bem; muito bem)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard  
Oscar Passos  
Pessoa de Queiroz  
Eduardo Catalão  
Eurico Rezende  
Vasconcelos Torres  
Gilberto Marinho  
Lino de Mattos  
Daniel Krieger (9)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais oradores inscritos.

#### O SR. MEM DE SÁ:

Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

#### O SR. MEM DE SÁ:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, pedi a palavra para que não se encerre a sessão do Senado Federal do Brasil, sem que seja consignada uma palavra de reverência e de respeito a uma das mais altas figuras da humanidade, que acaba de desaparecer. Eu me refiro ao Doutor Albert Schweitzer, que morreu sábado em Lambarene, no hospital que ele criou no coração da África, e ao qual dedicou 50 anos da sua vida.

Como acentuei, Albert Schweitzer há de figurar na história da humanidade como uma das mais altas expressões, não apenas da ciência, mas, sobretudo, de bondade, de amor ao próximo, de solidariedade a causa do homem. Filósofo, artista, músico, médico, esse homem, nascido na Alsácia, conquistou enquanto viveu na civilização, as mais altas distinções. Tudo abandonou: honras, riquezas, vanglórias, para se dedicar ao tratamento da dor e da doença dos pobres negros abandonados no interior do Gabão, no coração da África. A sua vida é, por isto, verdadeira lição para um século caracterizado pelas maiores brutalidades que a história da humanidade registra, o século do extermínio de centenas de milhares de pessoas e atualmente sob a ameaça da bomba atômica, o século do genocídio e da

perseguição aos judeus, o século dos maiores massacres, das maiores crueldades. Albert Schweitzer, registra a lição, é o exemplo de Cristo ao dedicar a sua vida à causa do próximo, da bondade e do amor.

Assim, gostaria que nos Anais do Senado ficasse registrada a reverência do povo brasileiro a esse vulto rol da humanidade. (Muito bem)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa se associa às homenagens de respeito e de admiração que o nobre Senador acaba de prestar à memória do grande cientista Albert Schweitzer, falecido na África. Constarão elas, como S. Exa. acaba de solicitar, dos Anais do Senado Federal.

Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

#### ORDEN DO DIA

Item único:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado .... nº 40, de 1964, de autoria do Sr. Senador Guido Mondin, que altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e das outras providências (aprovado na sessão de 17.8.1965, em substitutivo da Comissão de Educação e Cultura), tendo parecer nº 1.028, de 1965, da Comissão de Redação com a redação do vencido.

Sobre a Mesa emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

#### EMENDA Nº 1

Art. 1º Acrescentem-se, no texto proposto para o art. 13 do Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, em seguida a "hasteada", as palavras:

"nos dias de festa ou luto nacional".

Justificação

Trata-se de sanar uma omissão evidente. As palavras omitidas figuram tanto no art. 13 do Decreto-lei nº 4.545 como no texto proposto pelo projeto para substituí-lo.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum Sr. Senador deseja usar da palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

O projeto volta às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, a fim de que se pronunciem sobre a emenda que acaba de ser lida.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito. (Pausa)

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima quarta-feira a seguinte

#### ORDEN DO DIA

SESSÃO DE 8 DE SETEMBRO DE 1965

(Quarta-Feira)

1

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 617 de 1965 pelo qual a Comissão Especial para o estudo e

a coordenação de medidas tendentes a estabelecer o controle dos preços de exportação de matérias primas solicita a convocação do Sr. Ministro da Fazenda a fim de perante aquele órgão fazer exposição sobre relacionamentos com a exportação de produtos agropecuários e minerais.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que prorroga por um ano a licença concedida a Antonio Augusto Gentil Cabral, Noticiário da Secretaria do Senado Federal.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 86 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que põe a disposição do Governo do Estado do Ceará a Oficial Legislativo PL-6, Morada, Fernandes Távora.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 87 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 88 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Luiz Carlos Pontual de Lemos candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 89 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Carlos Alves dos Santos candidato habilitado em concurso, para cargo de Auxiliar Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JEFFERSON DE AGUIAR, NA SESSÃO DE 24 DE AGOSTO DE 1965, QUE SERIA PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

#### O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, recebi do Ilustre Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, as informações que lhe solicitei há algum tempo, a respeito da cassação das linhas da Panair.

Desejo ler as informações prestadas, para conhecimento geral do Senado, agradecendo a S. Exa. os metódicos e detalhados esclarecimentos em quadro anexo, relacionados com o problema, e que elucidam definitivamente a momentosa questão.

A informação tem o teor seguinte:

(Lê:)

AVISO Nº 052-GM5-270-R

Em 19 de julho de 1965

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de, em atenção ao Ofício nº 502, de 23 de abril do ano em curso, reiterado pelo de nº 950, de 4 de junho último, ambos dessa Casa Legislativa, transmitir a Vossa Excelência os esclarecimentos abaixo, concernentes ao Requerimento nº 122, de 1965, de autoria do Senhor Senador Jefferson de Aguiar.

"a) Inteiro teor das propostas da Vasp e da Varig, para obtenção das

linhas domésticas internacionais anteriormente concedidas à Panair do Brasil.

#### Resposta:

Em consonância com a determinação presidencial visando à cassação das linhas internacionais operadas pela Panair do Brasil, este Ministério determinou, de imediato, que a Varig passasse a operar aquelas linhas, para que não se verificasse interrupção na sua exploração, da qual pudessem resultar consequências danosas de caráter político e econômico. Essa determinação foi obedecida pela Varig, que, posteriormente, atendendo à indicação deste Ministério, se comprometeu, na execução desses serviços, a honrar os transportes já vendidos pela Panair do Brasil, anteriormente à cassação das linhas, bem como absorver em seu quadro funcional, com vantagens idênticas às de seu pessoal estável, o pessoal técnico daquela empresa, afeito preferencialmente, à execução das linhas que passou a operar, para o que, de imediato, abriu inscrição para a sua admissão. Não houve, por parte da Varig, nesse particular, nenhum condicionamento ao cumprimento das determinações recebidas.

2. A Vasp, muito posteriormente ao início da execução pela Varig, das linhas da Panair do Brasil, solicitou em 10 de março de 1965, ou seja, depois da falência daquela empresa, autorização para explorar as suas linhas internacionais cassadas. A pretensão da Vasp se apresentou condicionada à garantia de auxílio governamental de cobertura cambial para a importação de equipamento adequado a exploração dos serviços, e acompanhada de compromisso para aproveitamento parcial do funcionalismo técnico daquela empresa, afeito à exploração da Vasp. A cópia integral do requerimento da Vasp constitui o Anexo "A" a este documento.

b) Solução já adotada ou em vias de adoção, para o pessoal da Panair do Brasil S. A., com a indicação do número, remuneração e atividade profissional.

#### Resposta:

Ao concluir o Ministério da Aeronáutica que a cassação das linhas da Panair do Brasil era medida que se impunha, na oportunidade, verificou que grave situação seria criada em relação ao aproveitamento do pessoal, situação essa que, de fato, logo a seguir se agravou com a decretação da falência. Para contorná-la, embora tendo presente que a solução do problema trabalhista assim criado, escapava inteiramente à sua responsabilidade direta, procurou orientar o seu encaminhamento no sentido de que as empresas, às quais fossem atribuídas as linhas cassadas, promovessem, dentro dos limites possíveis, a absorção de parte do pessoal técnico de voo e de terra, da Panair do Brasil.

3. A Varig, que de imediato foi autorizada a operar as linhas internacionais européias, se comprometeu a absorver 2.000 funcionários; a Cruzeiro do Sul, autorizada a operar as linhas da Rede de Integração Nacional, na Amazônia, se comprometeu a absorver cerca de 300 funcionários; o Ministério da Aeronáutica, atento ao prosseguimento das atividades dos Serviços de Meteorologia e Comunicações da Panair do Brasil, manteve sob sua responsabilidade, 600 funcionários, aos quais tais serviços estão afetos; o Ministério do Trabalho foi solicitado a estudar e solucionar, em caráter prioritário, os processos de aposentadoria de 1.300 funcionários da empresa, de todas as categorias funcionais, que já dispunham de tempo suficiente para sua aposentadoria.



A par dessas providências, o Ministério da Aeronáutica vem procurando orientar os demais funcionários da empresa, notadamente aqueles que exerciam funções administrativas, para admissão nos quadros do serviço público federal e estadual, notadamente no Estado da Guanabara, para o que tem mantido entendimentos com o Governador desse Estado, o qual já comunicou haver autorizado a admissão de 1.095.

c) Total das subvenções recebidas, equipamento em funcionamento, em reparação, obsoleto ou paralisado, com referência a todas as companhias de aviação civil, nos últimos cinco anos.

#### Resposta:

No tocante ao total das subvenções recebidas, no prazo indicado, os esclarecimentos solicitados se contêm no anexo "B" a este ofício.

d) Seguros pagos pelas empresas de aviação civil, nos últimos cinco anos.

#### Resposta

Os esclarecimentos solicitados se contêm no anexo "C" a este ofício.

e) Dívidas, no País e no exterior, das empresas de aviação civil, nos últimos três anos.

#### Resposta

As informações solicitadas neste quesito se contêm no anexo "D" a este ofício.

f) Conclusão dos inquéritos que apuraram os acidentes de aviação, no País, nos últimos cinco anos.

#### Resposta

Os quadros demonstrativos dos acidentes de aviação, no País, nos últimos cinco anos, constituem o anexo "E" a este ofício.

2. São esses, Sr. Primeiro Secretário, os esclarecimentos que me cumpria prestar a Vossa Excelência, no atendimento do solicitado pelo aludido requerimento 122, de 1965.

3. Como já tive ocasião de esclarecer a Vossa Excelência pelo meu Aviso 42-GM5-246-R, de 30 de junho passado, deve-se a demora da remessa das presentes informações à necessidade de colhê-las em vários órgãos deste Ministério e em outros fora do âmbito de suas atividades.

4. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta apreço. — Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica.

#### DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL

##### Anexo "A"

Exmo. Sr. Tenente Trigueiro Nelson Freire Lavêner Wanderley

DD. Diretor-Geral de Aeronáutica Civil.

Viação Aérea São Paulo S.A. — "VASP", por intermédio de seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, pede venia a V. Exa. para expor e solicitar o seguinte:

Homem afeito ao trato dos assuntos de aeronáutica, profundo conhecedor das empresas brasileiras de navegação aérea, de seus problemas, de suas lutas e vitórias, — V. Exa. não ignora a trajetória percorrida pela VASP. Nascida humilde e provinciana, foi, com esforço e honradez, crescendo progressivamente até se tornar legítimo orgulho da indústria nacional (V. anexos 1, 2, 3, 4, 5 e 6);

Dos dois primitivos aviões, foi paulatinamente aumentando sua frota, até atingir o apreciável número de setenta aeronaves aproximadamente; se algumas delas não estão em voo, isso se deve principalmente à dificuldade em que se encontra o Governo Federal para o fornecimento de divisas. Essa, aliás, é a situação de todas as empresas, sendo de notar que

a VASP importou em 1964 a totalidade da quota efetivamente recebida;

O pessoal, a princípio escasso, atinge hoje a quase cinco mil funcionários (V. anexo 7);

Na rede doméstica, a VASP aumentou até o ponto de fazer cerca de um terço de todo o tráfego aéreo; No decorrer de sua existência, a VASP ampliou suas instalações, progrediu em técnica e absorveu empresas que, por seu turno, já traziam no bojo outras companhias (Loide Aéreo Nacional S.A., NAB — Navegação Aérea Brasileira, LAP — Linhas Aereas Paulistas, Lemeck);

Esta portanto a VASP em franca ascensão e, por isso mesmo, desejosa de expandir-se. Tal circunstância, aliada ao fato de haver sempre feito obra patriótica, ajudando a levar o progresso ao interior do país, inclusive em linhas que lhe dão prejuízo, fá-la confiar em que o Governo, justo e criterioso como é, longo de querer sufocá-la ou fazê-la estagnar-se, terá todo o empenho em vê-la crescer, dando assim uma demonstração de que o Poder Público sabe premiar os que trabalham pelo engrandecimento do Brasil. (V. anexos 8 e 9). A necessidade dessa prova de reconhecimento do Governo, ao esforço das empresas privadas, e um dado que não pode ser desatendido e que as autoridades tem de ponderar, ao escolher a solução que melhor consulte aos interesses nacionais.

A confiança no critério e na honestidade de propósitos do Governo anima a VASP a vir pleitear a concessão de linhas internacionais. Não é a primeira vez que ela bate às portas do Ministério da Aeronáutica com esse objetivo. Agora, porém, a situação é diferente. Cassada a permissão anteriormente dada à Panair, ficam livres várias linhas, o que exige reformulação do problema e solução nova.

A VASP compreende que a entrega provisória das linhas à VARIIG, foi, na conjuntura, a única solução possível (apesar de que há pelo menos um ano era conhecida a situação da Panair e teria havido tempo para um desfecho que não tivesse os inconvenientes dos remédios de emergência). Reconhece mais, e proclama, que a VARIIG é, sem sombra de dúvida, uma companhia capaz de realizar grandes tarefas — e essa declaração se impõe para desfazer falsas impressões que notícias deturpadas poderiam ocasionar. A VASP não luta contra ninguém; bate-se pelo que entende ser legítimo. E nem sequer entra em considerações sobre a condição financeira de congêneres, por estar certa de que as autoridades desse Ministério, em sua alta prudência, pesarão a responsabilidade que lhes caberia se entregassem encargos e serviços a empresas cuja situação não fosse muito diferente da apresentada pela Panair. Não cabe à VASP, e sim ao Ministério da Aeronáutica julgar das possibilidades de cada empresa (V. Anexos 10 e 11).

Mas para um detalhe quer a VASP pedir a atenção de V. Exa.: para o fato de que seu balanço vem sempre melhorando, a ponto de haver dado lucro nos últimos meses de 1964 (apesar do prejuízo de cerca de Cr\$ 560.910.851, infringido pela RIN, mesmo depois de recebida a subvenção, e também apesar do ônus de algumas linhas deficitárias que a DAC lhe impõe).

Se, portanto, nestes 31 anos, a VASP trabalhou pelo progresso do Brasil, arcando com os encargos de linhas nem sempre vantajosas, nada mais justo que a aspiração de um dia vir a fazer as internacionais. Além do legítimo interesse de beneficiar-se com um serviço altamente rendoso, existiu e existe o empenho de expandir-se, natural em toda organização que cresce. A VASP agitou-se no território nacional e co-

bre, hoje, praticamente, toda a área habitada no Brasil. Por isso sente o desejo, além de supor ter o direito, de ultrapassar as fronteiras nacionais, tal qual aconteceu com todas as irmãs, que chegaram a relativo grau de desenvolvimento. Até o presente, poderia dizer-se que não havia linhas disponíveis. Um "Meridiano de Tordesilhas" havia dividido o mundo em dois hemisférios, dos quais o ocidental coube a VARIIG e o oriental a Panair do Brasil. Agora, porém, mudou o panorama. Desaparecida a Panair, não havia como supor que todas as linhas internacionais fossem concentradas nas mãos de uma só empresa (V. Anexo 12).

Encarada com senso de realidade e sem farfalismo, tal solução concentrada nas mãos de um só homem uma força incomensurável que o transformaria quase num Quarto Poder — e exatamente na aviação comercial, reserva da aviação militar.

Seria, ademais o Monopólio das linhas de longo curso, tão flagrantemente contrário aos interesses nacionais e ao espírito da Constituição brasileira (art. 148).

E' certo que em alguns países existe empresa única, mas também é verdade que a situação deles difere essencialmente da nossa em dois pontos:

1.ª, o que existe é o monopólio do Estado, repellido entre nós quando foi refundada a ideia da AEROBRAZ;

2.ª, não havia empresa nenhuma quando se fez a única.

Ora, entre nós o quadro é diferente e está constituído com a existência de várias empresas. A concessão a só uma delas, além de importar no monopólio de uma empresa privada, constituiria um Privilégio concedido de mão beijada, e contra o princípio firmado em todas as nossas constituições republicanas desde 1891.

A VASP roga, ainda, permissão para recordar o inconveniente de fazer novas concessões a qualquer empresa que não haja sequer implementado as que já lhe foram feitas, v. g. linha do Japão. Dir-se-á que essa linha é penosa e desfavorável. Mas isso argui contra a concessionária (melhor: permissionária) e até contra o poder concedente: nas concessões de serviços públicos, os vantajosos são outorgados sob a condição de que o beneficiário arque com os não lucrativos. Há uma compensação. Durante muito tempo, a Light manteve os bondes que lhe davam prejuízos, pois tinha a contra-partida da luz e do gás. Exemplos como esse são diários.

A VASP admite, ad argumentandum, que haja vantagem, para o bem comum, em concentrar todas as linhas internacionais nas mãos de uma única empresa. Mas esse é apenas um dos ângulos do problema e qualquer solução calcada exclusivamente nele seria unilateral — e, portanto deformada. E' preciso levar em conta outros fatores, que também consultam o interesse nacional. Não creia a VASP que o Governo tenha empenho em desestimular a iniciativa privada, e muito menos em punir empresas que prestam bons serviços.

Não houvesse no Brasil várias companhias de navegação aérea e a concessão das linhas internacionais a só uma seria perfeitamente justificada. Mas o fato que não pode ser ignorado é que existem várias e algumas delas estão em condições de fazer o tráfego internacional.

Isto posto, cumpre considerar que:

1.ª) não tem a VASP qualquer débito em atraso no Banco do Brasil, no BNDE, no Tesouro Nacional, na Previdência Social ou na SUMOC, a não ser (como todas as empresas) as promissórias correspondentes ao financiamento de 50% para reequipamento, o que se deve ao não paga-

mento, pelo Governo, da respectiva subvenção. Note-se que a VASP pagou os juros vencidos das promissórias relativas ao referido financiamento, afirmativa que não pode ser feita por todas as congêneres.

2.ª) pode a VASP aumentar seu capital para integralizar, em dinheiro, o equivalente ao investimento necessário para a compra de equipamento aéreo (jato), equipamento terrestre, oficinas (aliás já tem algumas excelentes), telecomunicações, estoques de sobressalentes, lojas e agências, e para o adestramento do pessoal de voo e do de terra. A integralização será mais rápida que o ritmo dos pagamentos; não haverá possibilidade de qualquer ênus adicional na balança de pagamentos;

3.ª) indo ao encontro de uma necessidade do Governo, o qual declarou de público que o pessoal da Panair seria por ele amparado, a VASP se propõe a absorver o número de aeronautas e aeroviários necessário, as suas novas tarefas. Quanto mais linhas lhe der o Governo, mais pessoal será absorvido. E admite inclusive a possibilidade de conservar o nome Panair, pretendendo mesmo a operação das linhas internacionais, setor amazônico e demais linhas nacionais.

4.ª) os direitos desses antigos servidores da Panair serão respeitados tal como ocorreu quando da aquisição do Loide Aéreo Nacional. A eles serão estendidos todos os benefícios que a VASP concede a seus atuais servidores;

5.ª) o recrutamento, como é óbvio, será feito entre os que desejarem vir para as fileiras da VASP;

6.ª) a VASP atribuiria ao Ministério da Aeronáutica o direito de indicar o titular ou titulares de sua diretoria de linhas internacionais, que então seria criada;

7.ª) com relação a equipamento de voo, a VASP aceita quaisquer condições julgadas preferíveis pelo Ministério da Aeronáutica, podendo fazer uma das seguintes coisas:

a) comprar os DC-8 da Panair, em condições a serem estudadas sob a orientação e supervisão do Ministério da Aeronáutica. Deve-se acrescentar que a VASP recebeu proposta de arrendamento de aviões a jato.

b) comprar três ou mais aviões a jato, que poderiam ser Boeing ou VC-10, já havendo entrado em entendimentos com os respectivos fabricantes;

c) adquirir outras aeronaves, a juízo da DAC.

A VASP está à disposição de V. Exa. para quaisquer esclarecimentos complementares. Solicita sua designação para, como instrumento do Governo brasileiro, dar cumprimento às cláusulas de reciprocidade constantes dos tratados bilaterais de transporte aéreo, vigentes entre o Brasil e outros Estados.

Para tanto, o Governo brasileiro poderia transferir-lhe as concessões da Panair do Brasil ou ratear todas as linhas internacionais entre as empresas que se candidatassem e preenchessem os requisitos necessários, na mesma razão em que elas fizessem linhas internas.

Dado o inconveniente de operarem duas empresas na mesma zona de influência, a distribuição seria feita de modo a eliminá-lo.

Consequentemente, evitar-se-ia a concorrência entre empresas nacionais, prestando ao país um serviço público do mesmo tipo.

Acreditando pois, ao mesmo tempo na inteira legitimidade da pretensão da VASP e no espírito de justiça tantas vezes demonstrado por V. Exa., subscrevemo-nos.

São Paulo, 10 de março de 1965. —

Viação Aérea São Paulo S.A. — VASP — a) Hélio Tornaghi, Diretor-Presidente.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL

DIVISÃO DE INTENDÊNCIA — DC-5

## TOTAL DAS SUBVENÇÕES PAGAS ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO, DURANTE O ANO DE 1960

EMPRESAS	Reequipamento	LINHAS		S O M A
		Domésticas	Internacionais	
Cruzeiro do Sul .....	66.740.267,90	638.151,00	9.340.992,00	76.719.410,90
Panair do Brasil .....	74.723.856,50	20.152.522,50	120.141.735,00	215.018.114,00
Varig .....	70.807.993,90	—	82.669.750,00	133.477.743,90
Aerovias Brasília .....	48.808.475,90	—	21.398.706,00	70.205.181,90
Paraense .....	6.295.431,10	—	—	6.295.431,10
Real .....	56.762.101,60	—	21.604.580,00	78.366.681,60
Nacional .....	26.846.206,40	—	172.080,00	27.018.286,40
Aero Norte Brasil .....	3.265.447,00	—	—	3.265.447,00
T. A. Catarinense .....	2.501.270,90	—	—	2.501.270,90
S. A. Viação Gaúcha .....	2.133.535,00	—	—	2.133.535,00
Lóide Aéreo .....	39.540.514,60	—	—	39.540.514,60
T. A. Bandeirante .....	4.775.913,40	—	—	4.775.913,40
Vasp .....	41.363.961,10	—	—	41.363.961,10
N. A. B. ....	961.670,00	—	—	961.670,00
Sadia .....	4.066.377,30	—	—	4.066.377,30
Aero Salvador .....	408.977,40	—	—	408.977,40
T o t a l .....	450.000.000,00	20.790.673,50	235.327.843,00	706.118.516,50

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965. — Rubem das Dores — Maj. Int., Chefe da 1-DC-5

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL

DIVISÃO DE INTENDÊNCIA — DC-5

## TOTAL DAS SUBVENÇÕES PAGAS ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO, DURANTE O ANO DE 1961

EMPRESAS	Reequipamento	LINHAS		S O M A
		Domésticas	Internacionais	
Cruzeiro do Sul .....	395.637.778,70	10.209,00	4.163.604,00	399.811.591,70
Panair .....	477.155.314,40	30.202.131,00	177.039.848,00	684.397.293,40
Varig .....	436.012.510,30	—	112.810.380,00	548.822.890,30
Aerovias Brasília .....	296.059.405,50	—	63.871.354,00	359.930.759,50
Real .....	362.892.211,90	—	2.182.080,00	365.074.291,90
Nacional .....	168.672.350,30	—	—	168.672.350,30
Vasp .....	286.411.755,80	2.566.262,00	—	288.978.007,80
Aero Norte Brasil .....	24.752.199,90	—	—	24.752.199,90
Salvador .....	2.538.160,90	—	—	2.538.160,90
Sadia .....	27.533.511,10	—	—	27.533.511,10
Catarinense .....	15.992.839,70	—	—	15.992.839,70
S. A. Viação Gaúcha .....	11.048.342,10	—	—	11.048.342,10
Lóide Aéreo .....	248.215.713,90	—	—	248.215.713,90
T. A. Bandeirante .....	28.583.650,50	—	—	28.583.650,50
N. A. B. ....	7.983.848,90	—	—	7.983.848,90
Paraense .....	35.510.408,10	—	—	35.510.408,10
T o t a l .....	2.825.000.000,00	32.778.592,00	360.067.266,00	3.217.845.858,00

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965. — Rubem das Dores — Maj. Int., Chefe da 1-DC-5

## DIVISÃO DE INTENDÊNCIA-DC-5

## Total das Subvenções pagas às Empresas de Transporte Aéreo, durante o ano de 1962

Empresas	Reequipamento	Rêde de Integração		Linhas	Soma
		Nacional	Auxílio Especial de Emergência	Internacionais	
Cruzeiro do Sul .....	cr\$ 665.754.846,00	cr\$ 379.585.128,00	534.516.000,00	cr\$ 60.274.968,00	1.640.130.942,00
Panair .....	744.092.899,00	340.942.740,00	898.872.000,00	572.373.456,00	2.556.281.095,00
Varig .....	686.184.414,00	259.571.232,00	874.080.000,00	591.291.432,00	2.411.127.078,00
Paraense .....	66.981.704,00	—	39.600.600,00	—	106.581.704,00
Real .....	1.814.845.806,00	569.361.240,00	853.612.000,00	281.472.144,00	3.024.291.190,00
Nacional .....	—	—	—	—	—
Sadia .....	47.767.829,00	69.555.180,00	33.536.000,00	—	150.659.009,00
Vasp .....	520.879.855,00	257.034.900,00	361.164.000,00	—	1.139.078.755,00
Lóide Aéreo .....	444.350.516,00	—	334.932.000,00	—	779.282.516,00
N. A. B. ....	13.313.318,00	—	64.884.000,00	—	78.197.318,00
T. A. Salvador .....	6.048.813,00	36.821.580,00	—	—	42.870.393,00
T O T A L .....	4.510.220.600,00	1.912.872.000,00	3.999.996.000,00	1.505.412.000,00	11.928.500.000,00

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965. — Rubem das Dores — Maj. Int., Chefe da 1-DC-5.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA  
DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL  
Divisão de Intendência — DC-5

Total das Subvenções pagas às Empresas de Transporte Aéreo, durante o Ano de 1963

Empresas	Reequipamento	Rêde de Integração Nacional	Auxílio Especial de Emergência	Linhas Internacionais	Soma
Cruzeiro do Sul ....	692.184.792,00	376.519.700,90	786.000.000,00	63.000.000,00	1.817.704.492,90
Panair .....	443.934.101,00	296.772.432,30	1.453.000.000,00	570.000.000,00	2.764.706.533,30
Varig .....	967.567.644,00	734.509.446,00	2.544.000.000,00	867.000.000,00	5.113.077.090,00
Paraense .....	148.358.412,00	—	96.000.000,00	—	244.358.412,00
Vasp .....	933.571.417,00	303.316.607,30	1.020.000.000,00	—	2.306.888.024,30
Sadia .....	54.705.878,00	166.843.728,00	78.000.000,00	—	299.549.606,00
N. A. B. ....	7.677.756,00	—	24.000.000,00	—	31.677.756,00
Total .....	3.200.000.000,00	1.877.961.913,90	6.000.000.000,00	1.500.000.000,00	12.577.961.913,90

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965 — Rubem das Dores, Maj. Int., Chefe da 1-DC-5

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA  
DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL  
Divisão de Intendência — DC-5

Total das Subvenções pagas às Empresas de Transporte Aéreo, durante o Ano de 1964

Empresas	Reequipamento	Rêde de Integração Nacional	Auxílio Especial de Emergência	Linhas Internacionais	Soma
Cruzeiro do Sul ....	844.728.728,90	819.110.793,00	900.000.000,00	95.913.389,00	2.659.732.915,90
Panair .....	737.164.091,80	715.106.594,00	1.200.000.000,00	1.015.272.658,60	3.667.543.344,40
Paraense .....	156.284.014,20	—	200.000.000,00	—	356.284.014,20
Sadia .....	145.622.677,90	295.770.763,00	100.000.000,00	—	541.393.440,90
Varig .....	1.976.738.025,80	1.566.579.531,00	2.300.000.000,00	1.388.498.252,00	7.231.815.808,80
Vasp .....	1.639.462.461,40	602.836.218,00	1.300.000.000,00	—	3.542.298.679,40
Total .....	5.500.000.000,00	3.992.403.904,00	6.000.000.000,00	2.499.684.299,60	17.999.038.203,60

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965 — Rubem das Dores, Maj. Int., Chefe da 1-DC-5.

Seguros Aeronáuticos — Prêmio de seguros pagos pelas Companhias de Aviação às Companhias de Seguros nos últimos cinco anos

Prêmios de seguros apurados pelo IRB em

	Cr\$	US\$	Líbra
1960 .....	95.231.397	2.616.919,15	112.354-16-03
1961 .....	148.668.917	2.843.280,26	117.635-10-06
1962 .....	232.928.277	3.678.947,46	108.505-14-04
1963 .....	407.460.473	4.507.085,77	130.294-17-04
1964 .....	963.636.103	4.286.058,66	78.663-09-11

Relação das Companhias de Seguro que emitiram apólices de L.R.N.A. Ramo Aeronáuticos

Em 1960:  
Excelsior  
Atlântica  
Seguradora Brasileira

Cruzeiro do Sul  
Boa Vista  
Internacional

Em 1961:

Excelsior  
Atlântica  
Seguradora Brasileira  
Cruzeiro do Sul  
Boa Vista  
Internacional

Em 1962:

Internacional  
Atlântica  
Seguradora Brasileira  
Excelsior

Em 1963:

Atlântica  
Excelsior  
Seguradora Brasileira

Em 1964:

Atlântica  
Seguradora Brasileira  
Excelsior

Em 1965:

Atlântica  
Seguradora Brasileira  
Excelsior

COMPROMISSOS EXISTENTES AO FINAL DO EXERCÍCIO, DECORRENTES DE ADIANTAMENTOS E FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOBRESSALENTES E EQUIPAMENTOS E PARA PAGAMENTO DE PRÊMIOS DE SEGURO DE AERONAVES

Unidade Cr\$ 1.000

Empresas	1960	1960	1961	1962	1963	1964
	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$
Varig .....	109.335	506.240	1.936.632	4.132.924	7.885.182	20.576.692
Vasp .....	202.475	391.299	721.530	1.178.683	3.224.499	5.517.785
Cruzeiro .....	230.894	325.135	276.003	1.742.256	2.593.759	8.326.029
Sadia .....	—	—	4.702	33.335	31.917	59.162
Paraense .....	—	21.080	2.338	87.247	82.616	184.523
Panair .....	—	911.566	2.090.896	3.526.463	7.633.048	28.943.784
Real .....	173.245	302.381	541.799	669.784	512.794	—
Nacional .....	165.937	203.360	193.224	73.347	—	—
Aerovias .....	244.997	303.255	534.402	1.032.912	1.149.226	261.488
Lóide .....	144.484	233.093	391.346	827.712	684.313	—
Bandeirantes .....	—	10.864	—	—	—	—
N. A. B. ....	9.177	57.825	3.583	—	—	—

## ACIDENTES COM AERONAVES DA PARAENSE

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
06-01-59	Baía de Guanabara (GB)	C-46	PP-BTG	Falha Pessoal - Erro do Piloto	Irrecuperável	Não houve
06-05-59	Belém (PA)	C-46	PP-BTA	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 3 tripulantes.
20-06-59	Pedro Afonso (GO)	C-46	PP-BTF	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve
28-06-59	São Luiz (MA)	C-46	PP-BTH	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
08-07-59	Belém (PA)	C-46	PP-BTE	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve
15-07-59	Babaçulândia	C-46	PT-BEE	Falha Material - Grupo moto-propulsor	Irrecuperável	Falecimento dos pilotos, sofrendo ferimentos graves o rádio-telegrafista.
29-09-59	São Paulo (SP)	C-46	PP-BTE	Falha Pessoal - Erro do piloto - trem de pouso	Avarias leves	Não houve
24-08-60	Rio Jarú Rondônia	C-46	PP-STJ	Indeterminada	Irrecuperável	Não houve
22-09-60	Belém (PA)	C-46	PP-BTF	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 6 tripulantes e 1 passageiro
21-02-61	Gleba Arinos (MT)	C-46	PP-BTE	Superfície de Aeródromo inconsistente	Avarias leves	1 tripulante e 1 passageiro com ferimentos leves
27-06-61	Pedro Afonso (GO)	C-46	PP-BTE	Falha pessoal - Erro do piloto - Freios	Irrecuperável	1 tripulante e 1 passageiro com ferimentos leves
13-08-62	Rio Branco (Acre)	C-46	PP-BTF	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	2 tripulantes com ferimentos graves
04-03-63	Santos Dumont (GB)	C-46	PP-BTO	Falha pessoal - Não observância ao executar os testes dos motores no solo	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA PARAENSE

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
13-01-64	Santa Maria das Barreiras (PA)	C-46	PP-BTL	Falha Pessoal - Determinar operação em pista não homologada	Avarias leves	Não houve
15-02-64	Póto Velho - Rondônia	C-47	PP-BTU	Provável Falha Pessoal - Desorientação do piloto	Avarias leves	Não houve
04-04-64	Belém (PA)	C-46	PP-BTO	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Não houve
28-06-64	Santarém (PA)	DO-3	PP-BTU	Provável Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA SADIA

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
26-04-63	Em voo - São Paulo (SP)	C-46	PP-SLK	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Não Houve	Ferimentos numa pessoa fora da aeronave
04-08-63	Iticará/Pinheiro Preto (SC)	DO-3	PP-SLL	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 4 tripulantes e 6 passageiros.
18-07-64	Penedo (AL)	DO-3	PP-ASQ	Provável Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
08-12-64	Cascoavel (PR)	C-47	PP-AND	Falha Pessoal - Erro do Instrutor	Avarias graves	Não Houve



## ACIDENTES COM AERONAVES DA REAL AEROVIA

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
26-01-59	Fortaleza (CE)	C-47	PP-ASR	Falha Pessoal - Erro do co-piloto	Avarias leves	Não houve
27-04-59	Santos Dumont (GB)	C-47	PP-AVV	Falha Pessoal - Erro do piloto. Freios	Avarias leves	Não houve
30-05-59	Pinheiros (MA)	DC-3	PP-AVT	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
18-06-59	Jacarézinho (PR)	DC-3	PP-YQA	Falha Material - Grupo moto-propulsor	Avarias leves	Não houve
29-07-59	Campo Grande (MT)	C-46	PP-AKF	Falha Pessoal - Erro do co-piloto	Avarias leves	Não houve
27-08-59	Maringá (PR)	DC-3	PP-AVY	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	Não houve
30-11-59	- - -	DC-3	PP-YFO	- - -	Avarias leves	Não houve
27-12-59	Raulo Afonso (BA)	DC-3	PP-ANL	Falha Pessoal - Imprudência do pax em aproximar-se da aeronave com o motor funcionando	Não houve	Falecimento de 1 pax
15-01-60	Curitiba (PR)	CV-340	PP-YRG	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
25-02-60	Baía da Guanabara (GB)	DC-3	PP-EXD	Provável Falha Pessoal do piloto da aeronave NAVY nº131582-DC-6	Irrecuperável	Falecimento de 11 trip. e 50 pax c/ferimentos graves 5 pax.
10-03-60	Belo Horizonte (MG)	CV-340	PP-YRE	Falha Material - Grupo moto-propulsor	Avarias leves	Não houve
28-05-60	Vitória da Conquista (BA)	C-46	PP-NBP	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
24-06-60	Baía da Guanabara (GB)	CV340	PP-YRB	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 5 trip. e 49 pax.
08-07-60	Uberlândia (MG)	DC-3	PP-YQB	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
07-12-60	Prox. Cachimbo (PA)	C-46	PP-AKF	Falha Material - Grupo moto-propulsor	Irrecuperável	Falec. 3 trip.
24-12-60	São Paulo (SP)	C-47	PP-ANI	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	Não houve
04-01-61	Salvador (BA)	C-46	PP-ITC	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA REAL AEROVIA

29-01-61	Salvador (BA)	C-46	PP-ITJ	Falha Pessoal - Erro do Piloto	Avarias leves	Não houve
26-02-61	Campo Grande (MT)	C-46	PP-NBN	Falha Material - Grupo Moto-propulsor	Avarias leves	Não houve
19-03-61	Ponta Grossa (PR)	C-47	PP-YQS	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 4 trip.
07-07-61	Campo Largo (PR)	DC-3	PP-YPT	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias graves	Não houve
06-09-61	Concórdia (SC)	DC-3	PP-AVL	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 4 trip.
15-09-61	Campinas (SP)	CV-440	PP-AQM	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
18-09-61	União de Vitória (PR)	DC-3	PP-AXL	Superfície inconsistente do aeródromo	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DO LESTE

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
19-02-59	Belo Horizonte (MG)	C-46	PP-LDJ	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
10-08-59	Santos Dumont (GB)	DC-4	PP-AXQ	Falha Pessoal - Erro do co-piloto - trem de pouso	Avarias leves	Não houve
24-01-62	Campo Grande (MT)	C-46	PP-BLE	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Avarias leves	Não houve
05-06-62	Recife (PE)	C-46	PP-LDP	Falha Pessoal - Rolagem feita por elemento não habilitado	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA GAUCHA

01-03-60	Joinville (SC)	DC-3	PP-SAE	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
----------	----------------	------	--------	--------------------------------	---------------	-----------

## ACIDENTES COM AERONAVES DA AERONORTE

03-03-62	Nanuque (MG)	DC-3	PP-YQN	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	2 trip. e 2 pax c/ferimentos graves 10 pax f/lovas
----------	--------------	------	--------	---	---------------	--

## ACIDENTES COM AERONAVES DA VARIG

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAS
28-05-59	Porto Alegre (RS)	L-1049	PP-VDE	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avárias leves	Não houve
08-10-59	Porto Alegre (RS)	DC-3	PP-VBF	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avárias graves	Piloto sofreu ferimentos graves
27-01-60	Londrina (PR)	DC-3	PP-VBO	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
24-08-60	São Borja (RS)	DC-3	PP-VBL	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
10-12-60	Santos Dumont (GB)	CV-240	PP-VCY	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
18-12-60	São Paulo (SP)	C-46	PP-VCT	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	3 trip. sofreram ferimentos leves
27-09-61	Brasília (BR)	Caravelle	PP-VJD	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	3 trip. sofreram ferimentos leves
12-12-61	Fraia de Itaipú (RJ)	C-46	PP-VOM	Falha Material - Grupo Moto-propulsor	Irrecuperável	Não houve
03-01-62	Mossoró (RN)	C-46	PP-NBP	Falha Pessoal - Erro do co-piloto	Avárias leves	1 pax sofreu ferimentos graves, 4 trip. e 7 pax com ferimentos leves.
05-01-62	São Paulo (SP)	SZ-210	PP-VJI	Falha Pessoal - Imprudência da vítima	Avárias leves	Falecimento de 1 pessoa fora da aeronave.
15-01-62	P. Prudente (SP)	C-46	PP-VCC	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
19-02-62	Goiania (GO)	CV-240	PP-VCP	Condições meteorológicas	Avárias leves	Não houve
08-03-62	Recife (PE)	C-46	PP-VBX	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
16-06-62	Brasília (BR)	DC-6B	PP-YSI	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA VARIG (FLS. 2)

08-10-62	Santos Dumont (GB)	Convair	PP-YRG	Falha Pessoal - Inspeção de pré-voo executada por pessoa não habilitada	Avárias graves	Não houve
15-11-62	São Horizonte (MA)	DC-3	PP-VAZ	Falha Material - Trem de pouso	Avárias leves	Não houve
19-11-62	Carolina (MA)	C-46	PP-ITA	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avárias leves	Não houve
04-12-62	Carolina (MA)	DC-3	PP-AFW	Falha Pessoal - Erro do piloto - Trem de pouso	Avárias leves	Não houve
22-12-62	Brasília (BR)	CV-240	PP-VQA	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento do piloto sofreram ferimentos 6 trip.
26-01-63	Brasília (BR)	CV-240	PP-VGR	Falha Pessoal - Deslocamento da aeronave por pessoa não habilitada	Avárias leves	Não houve
29-03-63	São Horizonte (MA)	DC-3	PP-VAX	Falha Pessoal - Erro do piloto - (PP-FDE)	Avárias leves	Não houve
10-04-63	P. Prudente (SP)	C-46	PP-NBP	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
03-05-63	São Horizonte (MA)	DC-3	PP-VAX	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
05-05-63	São Paulo (SP)	DC-6B	PP-YSI	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avárias leves	Não houve
08-06-63	Porenavai (PR)	DC-3	PP-VGD	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
15-06-63	Calçado (OR)	C-46	PP-VCA	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avárias leves	Não houve
21-06-63	Brasília (BR)	C-46	PP-NBP	Falha Material - Porta da bagagem	Avárias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA VARIG

01-07-63	Passo Fundo (RS)	C-47	PP-VBV	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 4 trip., 7 pax e ferimentos em 2 pax.
09-07-63	Galeão (GB)	DC-6B	PP-YSN	Falha Pessoal - Instrutor em voo	Avarias leves	Não houve
19-09-63	Santos Dumont (GB)	Electra	PP-VJL	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve
03-01-64	Santos Dumont (GB)	CV-240	PP-VCV	Falha Material - Bequilha	Avarias leves	Não houve
11-01-64	Porto Alegre (RS)	DC-3	PP-VAZ	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
21-02-64	Recife (PE)	C-46	PP-VBQ	Falha Pessoal (Provável) - Manutenção inadequada	Avarias graves	Não houve
29-07-64	Mossoró (RN)	C-46	PP-VCA	Falha Material - Pneus	Avarias leves	Não houve
13-09-64	Santos Dumont (GB)	C-46	PP-ITC	Falha Pessoal - Erro do tra- torista	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA SALVADOR

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAS
23-09-59	Prox. Cuiabá (MT)	C-46	PP-ITI	Falha Material - Grupo moto- propulsor	Avarias leves	Não houve
04-01-60	Dianópolis (GO)	C-46	PP-SLJ	Superfície de aeródromo - In- consistente	Avarias leves	Não houve
13-05-60	Bar. Vermelho (MT)	C-46	PP-ITH	Indeterminada	Avarias leves	1 pax. e 1 trip. c/ferimentos leves.

## ACIDENTES COM AERONAVES DA VASP

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAL	PESSOA
31-03-59	Belo Horizonte (MG)	C-47	PP-SQA	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
06-05-59	Capão Bonito (SP)	Beech	PP-ANS	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio - Determinar missão em campo não homologado	Avarias leves	Não houve
18-06-59	São Paulo (SP)	DC-3	PP-SPY	Falha Pessoal - Manutenção ina- dequada	Avarias leves	Não houve
06-08-59	Paranavaí (PR)	DC-3	PP-SPH	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Avarias leves	Não houve
23-09-59	São Paulo (SP)	Scandia	PP-SQV	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 4 trip. e 36 pax
22-12-59	Ramos (GB)	VC-701	PP-SRQ	Falha Pessoal - Erro de ambos os pilotos	Irrecuperável	Falecimento de 6 trip. 26 pax e 5 pessoas fora da aq- ronave
24-01-60	Cuiabá (MT)	C-47	PP-SQA	Falha Pessoal - Supervisão in- propria de operações	Avarias leves	Não houve
15-08-60	Campinas (SP)	Scandia	PP-SQS	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
16-11-60	Goiânia (GO)	Scandia	PP-SQN	Condições meteorológicas - Chu- va pesada	Avarias graves	Não houve
02-02-61	C. Mourão (PR)	DC-3	PP-SPO	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
29-04-61	Belo Horizonte (MG)	Vincount	PP-SRF	Falha Material - Indeterminada	Avarias leves	Não houve
26-11-62	Paraibuna (SP)	Scandia	PP-SRA	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 6 trip. e 21 pax.
28-12-62	Galeão (GB)	Vincount	PP-SRE	Provável Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
11-03-63	Pósse (GO)	DC-3	PP-SQP	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	Não houve
10-07-63	Belo Horizonte (MG)	VC-701	PP-SRQ	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
17-07-63	Belo Horizonte (MG)	VC-701	PP-SRP	Provável Falha Mater. - Freios	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA VASP

19-09-63	Santos Dumont (GB)	VC-701	PP-SRS	Provável Falha Material - Freios	Avarias leves	Não houve
23-01-64	Santos Dumont (GB)	DC-4	PP-LEZ	Falha Pessoal - erro do instrutor	Avarias leves	Não houve
05-02-64	Londrina (PR)	DC-3	PP-SPY	Falha Pessoal - erro do instrutor	Avarias leves	Não houve
08-03-64	Londrina (PR)	Scandia	PP-3QY	Falha Pessoal - erro do instrutor	Avarias graves	Não houve
23-03-64	Curitiba (PR)	VC-701	PP-SRP	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
26-03-64	Baía de Guanabara (GB)	C-46	PP-LDL	Falha Material - Fôgo no alojamento do trem	Irrecuperável	Falecimento de 3 tripulantes
30-03-64	Salvador (BA)	VC-701	PP-SRS	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio - Presença de animal na pista	Avarias leves	Não houve
26-05-64	Ilhéus (BA)	C-46	PP-NAO	Provável Falha Material - Freio	Avarias leves	Não houve
27-05-64	Itapeirica (SP)	C-47	PP-SPZ	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 2 trip. e 1 pax.
16-06-64	Guaira (PR)	DC-3	PP-SPO	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
16-06-64	Rio Capim (PA)	C-46	PP-NMF	Falha Material -	Irrecuperável	Falecimento de 1 trip. e 2 trip. c/ferimentos
21-06-64	Santarém (PA)	C-46	PP-NME	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
04-09-64	Nova Friburgo (RJ)	VC-701	PP-SRR	Colisão c/obstáculo localizado 35 km da rota por causa indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 5 tripulantes e 34 passageiros.

## ACIDENTES COM AERONAVES DA ITAÚ

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAS
31-07-59	Corumbá (GO)	C-46	PP-ITB	Falha Pessoal - erro do piloto	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA PANAIR

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAS
04-02-59	Recife (PE)	L-49	PP-PDC	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
19-06-59	Galeão (GB)	L-49	PP-EDQ	Falha pessoal - Erro do co-piloto	Avarias leves	Não houve
17-10-59	Lisboa	DC-7C	PP-PDL	IAA não encaminhado pelas autoridades portuguesas	Avarias leves	Não houve
12-01-60	Recife (PE)	L-49	PP-PCP	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
26-01-60	Galeão (GB)	DC-7	PP-PDM	Falha pessoal - Erro de tripulante (mecânico)	Avarias leves	Não houve
27-03-60	Papuaquara (AM)	CA-10	PP-PEZ	Superfície hidroaeródromo não batizada	Avarias leves	Não houve
09-06-60	Galeão (GB)	L-49	PP-PCR	Falha pessoal - Erro do piloto - Freios	Avarias leves	Não houve
19-06-60	Fernando Noronha	DC-7C	PP-PDN	Indeterminada	Avarias leves	Não houve
26-01-61	Belo Horizonte (MG)	L-49	PP-PDC	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	Não houve
14-10-61	Belém (PA)	DC-7C	PP-PDL	Falha material - Fluido	Irrecuperável	Não houve
24-10-61	Parintins (AM)	CA-10	PP-PCY	Fogo a bordo e proveniente de carga não identificável	Irrecuperável	Piloto e 1 pax. sofreram ferimentos graves e 2 trip. ferimentos leves.
01-11-61	Recife (PE)	DC-7C	PP-PDO	Falha pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 7 trip. e 43 pax. Ferimentos graves em 17 pax. e 15 pax. leves.
23-12-61	Manaus (AM)	PPV-5A	PP-PCW	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve.



## ACIDENTES COM AERONAVES DA PANAIR

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAS
21-01-62	Rio Branco (Acre)	DC-3	PP-MAT	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias Graves	Não houve
28-02-62	Galeão (GB)	L-49	PP-PCB	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
05-04-62	Galeão (GB)	DC-70	PP-PDN	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
14-07-62	Galeão (GB)	L-49	PP-PCF	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
20-08-62	Galeão (GB)	DC-8	PP-PDT	Descontinuação de decolagem por não ter aeronave "rodado" até a velocidade de 170 nós.	Irrecuperável	Falecimento de 1 trip. e 14 pax.; 7 trip. e 28 pax. com ferimentos.
05-11-62	Galeão (GB)	DC-70	PP-PDN	Falha Pessoal - Erro de instrução	Avarias leves	Não houve
14-12-62	Manaus (AM)	L-49	PP-PDE	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 6 trip. e 43 pax.
08-04-63	Galeão (GB)	DC-7	PP-PDM	Falha Pessoal - Provável Erro do tripulante - Acionamento do trem	Avarias graves	Não houve
15-06-63	Silvador (BA)	Caravelle	PP-PDV	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avarias leves	Não houve
26-06-63	Galeão (GB)	L-49	PP-PDF	Falha Pessoal - Erro do tratorista	Avarias leves	Não houve
28-11-63	Galeão (GB)	DC-8	PP-PDS	Provável Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
11-04-64	Portel (PA)	PBY-5A	PP-PCZ	Provável Falha Pessoal - Erro do Instrutor	Irrecuperável	Ferimento leve em 1 pax.
17-12-64	Manaus (AM)	PBY-5A	PP-PCW	Falha Pessoal - Erro do mecânico	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA CRUZEIRO

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAS
25-01-59	Fortaleza (CE)	Convair	PP-CDY	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
05-04-59	Corumbá (MT)	DC-3	PP-CDO	Equipamento conexo - Instalação de Aeródromo	Avarias leves	Não houve
18-05-59	Campo Grande (MT)	CV-340	PP-CDW	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
22-01-60	São Paulo (SP)	CV-340	PP-CFD	Falha Pessoal - Erro de tripulante. (Mecânico)	Avarias leves	Não houve
08-02-60	Vitória (ES)	CV-240	PP-CEU	Indeterminada	Avarias leves	Não houve
11-02-60	Santos Dumont (RJ)	DC-3	PP-CGW	Diversos - Forte deslocamento de ar	Avarias leves	Não houve
29-02-60	Corumbá (MT)	DC-3	PP-CDO	Condições meteorológicas	Avarias leves	Não houve
12-04-60	Pelotas (RS)	DC-3	PP-CDS	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Irrecuperável	Falecimento dos pilotos, 8 passageiros, sofrendo ferimentos graves 1 pax.
26-08-60	Santos Dumont (RJ)	CV-340	PP-CDZ	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio - Freios	Avarias leves	Não houve
05-10-60	São Paulo (SP)	DC-3	PP-CDH	Diversos - Mudança brusca na direção do vento	Avarias leves	Não houve
06-03-61	São Paulo (SP)	CV-340	PP-CFC	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
13-03-61	São Paulo (SP)	DC-3	PP-CEU	Falha Pessoal - Erro do co-piloto - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA CRUZEIRO (FL. 2)

27-06-61	Santos Dumont (GB)	CV-	PP-CEA	Falha Pessoal - Imprudência da vítima	Não houve	Falecimento da pessoa fora da aeronave
09-07-61	Recife (PE)	CV-440	PP-CFE	Falha Material - Bomba Hidráulica - motor esquerdo	Av. leves	Não houve
13-07-61	Em voo S. Gonçalo (RJ)	CV-340	PP-CDZ	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Av. leves	Não houve
08-08-61	Salvador (BA)	DC-3	PP-CBU	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. leves	Não houve
18-09-61	Santos Dumont (RJ)	CV-240	PP-CFZ	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. leves	Não houve
09-09-62	Vitória (ES)	CV-240	PP-CEZ	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecup.	Falecimento dos 5 tripulantes e 20 passageiros, 2 passageiros com ferimentos graves.
24-07-62	Itabuna (BA)	DC-3	PP-CBH	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. Graves.	Não houve
25-07-62	Recife (PE)	C-82	PP-CEK	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Av. leves	Não houve
07-11-62	Santos Dumont (RJ)	Convair	PP-CEA	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. leves	Não houve
15-01-63	Jabaquara (SP)	CV-340	PP-CEV	Falha Material	Irrecup.	Falecimento de 1 trip. e 13 pax. sofrendo ferimentos 3 trip. e 27 pax.
22-01-63	Parnaíba (PI)	CV-340	PP-CDY	Condições meteorológicas	Av. graves	1 trip. e 1 pax. sofreram ferimentos.
22-01-63	São Paulo (SP)	DC-3	PP-CDT	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES CRUZEIRO

25-02-63	Salvador (BA)	CV-240	PP-CEY	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
03-05-63	São Paulo (SP)	CV-340	PP-CDW	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 1 trip. e 33 pax. Ferimentos em 1 trip. e 12 pax. e 1 fora da aeronave
09-08-63	C. Grande (MT)	CV-440	PP-CEH	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
25-12-63	Teresina (PI)	T-11	PP-CDE	Provável Falha Pessoal - Erro dos pilotos	Avarias leves	Não houve

## ACIDENTES COM AERONAVES DA NAB

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAS
22-11-59	Ilha Rasa (GB)	DC-3	PP-Na2	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento dos 2 pilotos
01-03-60	Mareus (AM)	C-46	PP-NaO	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
03-05-60	Pôrto Alegre	C-46	PP-NMD	Falha pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 3 trip. e 20 pax.
18-08-60	São Horizonte	DC-3	PP-NAT	Falha material - Trem de pouso - freios	Avarias leves	Não houve
17-12-60	Quilabá (MT)	C-46	PP-NMU	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve

Nota-se, Sr. Presidente, pela leitura dos dados oferecidos, o desejo de que a opinião pública conheça detalhadamente as razões que nortearam o Governo e, especialmente, o Sr. Ministro da Aeronáutica para cassar as linhas da Papair do Brasil, suscitando, em consequência, o debate indispensável a respeito da matéria.

Espero que, em virtude de esclarecimentos prestados, as pessoas interessadas terão oportunidade de verificar a sua procedência ou não, indicando-me o que porventura lhes ocorra para esclarecimento definitivo daquilo que tanta celeuma provocou na opinião pública nacional. Era o que tinha a dizer. (Muito bem, Muito bem.)

**COMISSÃO DE FINANÇAS****17ª REUNIAO, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 1965**

As 17 horas do dia 1º de setembro de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador José Ermírio, presentes os Senadores Mem de Sá, Wilson Gonçalves, Sigefredo Pacheco, Aurélio Vianna, Atílio Fontana, Oscar Passos, Eugênio Barros e Adolfo Franco, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Victorino Freire, Walfredo Gurgel, Argemiro de Figueiredo, Pessoa de Queiroz, Antônio Jucá, Faria Tavares, Irineu Bornhausen e Lino de Mattos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovada.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta:

**— Pelo Senador Mem de Sá**

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 1965, que prorroga prazo estabelecido na Lei nº 3.341, de 22 de novembro de 1954, que concedeu financiamento para operações imobiliárias através da Carteira Hipotecária Imobiliária do Clube Naval; e favorável às subemendas da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1965, que dispõe sobre a entrega das cotas dos impostos de renda e de consumo aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 5, de 1961, e dá outras providências.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados pela Comissão.

**— Pelo Senador Sigefredo Pacheco**

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1965, que abre pelo Ministério da Saúde, crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinados ao combate à malária.

**ATAS DAS COMISSÕES**

O parecer é aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

**— Pelo Senador Wilson Gonçalves**

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965, que concede, pelo prazo de dois anos, isenção de impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante aos materiais importados pelos Bancos estaduais, para uso próprio; e

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviço, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, com votos vencidos dos Senadores Aurélio Vianna, Adolfo Franco e Oscar Passos, quando ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965, e, quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965, a Senador Aurélio Vianna assina com restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO****REUNIAO, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1965.**

As 17 horas, no Sala Nobre do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador José Ermírio, presentes os Senadores Mem de Sá, Aurélio Vianna, Edmundo Levi, Wilson Gonçalves, José Guimard e Daniel Krieger, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo.

Deixam de comparecer os Senhores Jefferson de Aguiar, João Agripino, Antônio Carlos e Lino de Mattos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovada.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta:

— Pelo Senador Mem de Sá favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965, que concede, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e da renovação da Marinha Mercante, aos materiais importados pelos bancos estaduais, para uso próprio.

A Comissão aprova, por unanimidade, o parecer.

— Pelo Senador Wilson Gonçalves favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 1965, que dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências.

O parecer é aprovado pela Comissão.

— Pelo Senador José Guimard favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1965, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.

A Comissão aprova o parecer.

O Senador José Ermírio, presidente, convida o Senador Mem de Sá a assumir a presidência e emite parecer favorável, com emenda supressiva, ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.

O parecer é aprovado, unanimemente, pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hu-

go Rodrigues Figueiredo, Secretário "ad-hoc", a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL****ATA DA 11ª REUNIAO, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1965****EXTRAORDINÁRIA**

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Sigefredo Pacheco, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Mello Braga, José Leite e Miguel Couto, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Victorino Freire, Silvestre Péricles, Padre Calazans, Aloysio de Carvalho e Aurélio Vianna.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mello Braga a fim de, na qualidade de Relator, emitir parecer sobre a nica matéria constante da pauta.

Com a palavra o Senhor Senador Mello Braga dá parecer favorável sobre o Projeto de Lei da Câmara número 156, de 1965 (Projeto de Lei nº 4.759-B-62, na Casa de Origem), que "Transfere cargo do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, com o respectivo ocupante, Miguel Cruz Silva, para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda".

Colocado o parecer em discussão e, em seguida, em votação é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerra a presente reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente	—	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente	—	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	—	Dinarte Mariz (UDN)
2º Secretário	—	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	—	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	—	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	—	Guido Mondim (PSD)
3º Suplente	—	Vasconcellos Fôrres (PTB)
4º Suplente	—	Raul Giuberti (PSP)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guimomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura A. Ade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Fontana — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondim — R. G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. F. Levi — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Fôrres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

## UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R. G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara
------------------------------

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro
--------------------------------------

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe
--------------------------

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas
-----------------------------

## SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
<b>Total</b>	<b>68</b>

Sem legenda	1
<b>Total</b>	<b>69</b>

## BLOCOS PARTIDÁRIOS

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

## LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josaphat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Vianna (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

## PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)	PARTIDO LIBERTADOR (PL)
Líder	Líder
Filinto Müller	Mem de Sá
Vice-Líderes	Vice-Líder
Wilson Gonçalves	Aloysio de Carvalho
Sigefredo Pacheco	PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
Walfredo Gurgel	Líder
Victorino Freire	Miguel Couto
	Vice-Líder
	Raul Giuberti
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)
Líder	Líder
Barros Carvalho	Lino de Mattos
Vice-Líderes	Vice-Líder
Bezerra Neto	Cattete Pinheiro
Oscar Passos	III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE
Antônio Jucá	MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)
Edmundo Levi	Representante
	Aarão Steinbruch
UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)	PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)
Líder	Arnon de Mello
Daniel Krieger	PARTIDO REPUBLICANO (PR)
Vice-Líderes	Representante
Eurico Rezende	Júlio Leite
Adolpho Franco	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)
Padre Calazans	Representante
Heribaldo Vieira	Aurélio Vianna

## AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES	1. José Leite
Eugênio Barros	3. Atílio Fontana
José Feliciano	
	PTB
José Ermirio	1. Dix-Huit Rosado
Nelson Maculan	2. Antônio Jucá
	UDN
Lopes da Costa	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	2. João Agripino
	BPI
Dylton Costa	1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos  
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES	1. Menezes Pimentel
Jefferson de Aguiar	2. José Feliciano
Antônio Balbino	3. Filinto Müller
Wilson Gonçalves	4. Benedicto Valladares
Ruy Carneiro	



Edmundo Levi  
Benezer Neto  
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

#### UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

#### BPI

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

### DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

#### PSD

#### SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

#### PTB

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

#### UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

#### BPI

1. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

### ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

#### PSD

#### SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

#### PTB

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

#### UDN

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

#### BPI

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

### EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

#### PSD

#### SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

#### PTB

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

#### UDN

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

#### BPI

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

### FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

#### TITULARES

Victorino Freire  
Lobão da Silveira  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Walfredo Gurgel

#### PSD

#### SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guilomard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

#### PTB

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

#### UDN

Faria Tavares  
Irineu Bornhausen  
Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

#### PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

#### BPI

Aurélio Vianna  
Lino de Mattos

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

### INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

#### PSD

#### SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

#### PTB

Nelson Maculan  
Barros Carbalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

#### UDN

Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

#### BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira, às 16.30 horas

### LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

#### PSD

#### SUPLENTE

1. José Guilomard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

#### PTB

Vivaldo Lima

1. Antônio Jucá

Edmundo Levi

2. Pessoa de Queiroz

#### UDN

Eurico Rezende  
Herivaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

#### BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

### MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

#### PSD

#### SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

#### PTB

José Ermírio  
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

**UDN**  
 1. José Cândido  
 2. Afonso Arinos

**BPI**  
 1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

**POLIGONO DAS SECAS**

Presidente: Ruy Carneiro  
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**TITULARES**  
 Ruy Carneiro  
 Sebastião Archer

**SUPLENTE**  
 1. Sigefredo Pacheco  
 2. José Leite

**PTB**  
 1. José Ermírio  
 2. Antônio Jucá

**UDN**  
 1. Lopes da Costa  
 2. Antônio Carlos

**BPI**  
 1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

**PROJETOS DO EXECUTIVO**

Presidente: João Agripino  
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

**TITULARES**  
 Wilson Gonçalves  
 José Guilomard  
 Jefferson de Aguiar

**SUPLENTE**  
 1. Walfredo Gurgel  
 2. José Feliciano  
 3. Ruy Carneiro

**PTB**  
 1. Mello Braga  
 2. Edmundo Levi

**UDN**  
 1. Daniel Krieger  
 2. Adolfo Franco

**BPI**  
 1. Aurélio Vianna

**PL**  
 1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares  
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

**REDAÇÃO**

Presidente: Dix-Huit Rosado  
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

**TITULARES**  
 Walfredo Gurgel  
 Sebastião Archer

**SUPLENTE**  
 1. Lobão da Silveira  
 2. José Feliciano

**PTB**  
 1. Edmundo Levi

**UDN**  
 1. Eurico Rezende

**BPI**  
 1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão  
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

**RELAÇÕES EXTERIORES**

Presidente: Benedicto Valladares  
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**TITULARES**  
 Benedicto Valladares  
 Filinto Müller  
 Menezes Pimentel  
 José Guilomard

**SUPLENTE**  
 1. Ruy Carneiro  
 2. Victorino Freire  
 3. Wilson Gonçalves  
 4. José Leite

**PTB**  
 1. Nelson Maculan  
 2. Antônio Jucá  
 3. Mello Braga

**UDN**  
 1. Padre Calazans  
 2. João Agripino  
 3. Mem de Sá

**BPI**  
 1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

**SAÚDE**

Presidente: Sigefredo Pacheco  
 Vice-Presidente: José Cândido

**TITULARES**  
 Sigefredo Pacheco  
 Pedro Ludovico

**PTB**  
 1. Antônio Jucá

**UDN**  
 1. Lopes da Costa

**BPI**  
 1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello  
 Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

**SEGURANÇA NACIONAL**

Presidente: Zacarias de Assunção  
 Vice-Presidente: José Guilomard

**TITULARES**  
 José Guilomard  
 Victorino Freire

**PTB**  
 1. Dix-Huit Rosado  
 2. José Ermírio

**UDN**  
 1. Adolpho Franco  
 2. Eurico Rezende

**BPI**  
 1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

**SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

Presidente: Padre Calazans  
 Vice-Presidente: Victorino Freire

**TITULARES**  
 Sigefredo Pacheco  
 Victorino Freire

**PTB**  
 1. Antônio Jucá  
 2. Dix-Huit Rosado

**UDN**  
 1. Antônio Carlos  
 2. Mem de Sá

**BPI**  
 1. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

**TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Lopes da Costa  
 Vice-Presidente: Mello Braga

**TITULARES**  
 Eugênio Barros  
 José Leite

**SUPLENTE**  
 1. Jefferson de Aguiar  
 2. José Guilomard

Mello Braga

Lopes da Costa

Arnon de Mello

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

PTB

1. Bezerra Neto

UDN

1. Irineu Bornhausen

BPI

2. Josaphat Marinho

**COMISSÕES ESPECIAIS****Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.**

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

**Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTARIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.**

Membros (5) — Partidos

Attilio Fontana — Presidente — PSD.  
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio — Relator — PSD.  
Adolpho Franco — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.

**Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.**

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio (Presidente) — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

**Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.**

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Attilio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Melo Braga — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos (Presidente) — UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

**Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.**

Membros (5) — Partidos

Attilio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.  
Sigefredo Pacheco — PSD.  
José Ermirio — PTB.  
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.  
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

**Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.**

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Antonio Jucá — PTB.  
Padre Calazans — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

**Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.**

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.  
Afonso Arinos — Vice-Presidente.  
Jefferson de Aguiar — Relator.  
Neite Neto  
Nelson Maculan  
Eurico Rezende  
Aurélio Vianna

**Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.**

Membros — Partidos

Attilio Fontana — PSD.  
Sigefredo Pacheco (Presidente) — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.  
Raul Gluberti — PSP.

**Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.**

Membros — Partidos

José Leite — PSD.  
Vaga — PSD.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.

**COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO****Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61****QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS**

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Benedito Valladares — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Rui Palmeira — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.  
Mem de Sá — PL.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61****QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE****APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).**

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.  
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Eurico Rezende — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
... Vago — PTB.  
... Vago — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61****SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.**

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.  
Ruy Carneiro — Presidente — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Daniel Krieger — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
... Vago — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61****QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.**

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Filinto Müller — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Daniel Krieger (Relator) — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Rui Palmeira — UDN.  
... Vago (PTB)  
Barros Carvalho — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PN.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61****APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS**

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
João Agripino — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Josaphat Marinho — Sem legenda.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61****(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
João Agripino — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Miguel Couto — PSP.  
Cattete Pinheiro — PTN.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62****(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
... vaga — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
João Agripino — Vice-Presidente — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Aurélio Vianna — Relator — PSD.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62****(INSTITUIR NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
... vaga — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Eurico Rezende — Relator — UDN.  
Silvestre Péricles — Presidente — PTB.  
João Agripino — UDN.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PTB.  
Lino de Matos — PTN.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62**

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD

... vaga — PSD

Menezes Pimentel — Presidente

Milton Campos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN

Daniel Krieger — UDN

... vaga — PTB

Eurico Rezende — UDN

Nogueira da C — PTB

Barros Carvalho — PTB

Mem de Sá — PL

Miguel Couto — PSP

**Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62**

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — Relator — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Benedicto Valladares — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Milton Campos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Josaphat Marinho — UDN

Daniel Krieger — UDN

Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN

... vaga — PTB

Nogueira da Gama — PTB

Barros Carvalho — PTB

Mem de Sá — PL

Júlio Leite — PR

**Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63**

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — Relator — PSD

Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Argemiro de Figueiredo — PTB

Eurico Rezende (23.4.64) — UDN

Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Aloysio de Carvalho — PL

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63**

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — Presidente — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Benedicto Valladares — PSD

Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Artur Virgílio — PTB

Eurico Rezende (23.4.63) — UDN

Milton Campos — Relator — UDN

João Agripino — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Aloysio de Carvalho — PL

**Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63**

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL — MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

... vaga — PTB

Eurico Rezende — Presidente — UDN

Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

**Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63**

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Adalberto Sena — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — Sem Legenda

João Agripino — UDN

**Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63**

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Josaphat Marinho — Sem Legenda.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63**

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.

Jose Feliciano — PSD — Relator.

Walfredo Gurgel — PSD.

Bezerra Neto — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Silvestre Péricles — PTB.

Edmundo Levi — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Aloysio de Carvalho — UDN.

Afonso Arinos — UDN.

Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Raul Gluberti — PSP.

Júlio Leite — PR — Presidente.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63**

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.

Jose Feliciano — PSD — Vice-Presidente.

Walfredo Gurgel — PSD.

Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.

Bezerra Neto — PTB.

Silvestre Péricles — PTB.

Edmundo Levi — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Afonso Arinos — UDN.

Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Júlio Leite — PR.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64**

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.

Antônio Balbino — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Menezes Pimentel — PSD — Presidente.

Edmundo Levi — PTB.

Bezerra Neto — PTB — Relator.

Arthur Virgílio — PTB

Oscar Passos — PTB.

Afonso Arinos — UDN.

João Agripino — UDN — Vice-Presidente.

Eurico Rezende — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Josaphat Marinho — BPI.

Aurélio Vianna — BPI.

Aarão Steinbruch — BPI

**Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65**

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guimard — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Victorino Freire — PSD

Sebastião Archer — PSD

José Leite — Presidente — PSD

Jefferson de Aguiar — PSD

Vasconcellos Torres — PTB

Mello Braga — Vice-Presidente — PTB

José Ermirio — PTB

Antônio Jucá — PTB

Antônio Carlos — UDN

Vaga — UDN

Eurico Rezende — UDN

Joaquim Parente — UDN

Aurélio Vianna — PSB

Josaphat Marinho — S/legenda

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65**

(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Antônio Balbino — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Eugênio Barros — PSD

Edmundo Levi — PTB

Bezerra Neto — PTB

Arthur Virgílio — PTB

Mello Braga — PTB

Afonso Arinos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Irinzu Bornhausen — UDN

Aarão Steinbruch — BPI

Aurélio Vianna — BPI

**Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1965.**

(Da nova redação ao art. 90 da Constituição Federal, tornando necessária a aprovação do Senado para a nomeação de Ministros de Estado).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Antônio Balbino — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Ruy Carneiro — PSD

José Feliciano — PSD

José Leite — PSD

Edmundo Levi — PTB

Bezerra Neto — PTB

Arthur Virgílio — PTB

Mello Braga — PTB

Afonso Arinos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Adolpho Franco — UDN

Josaphat Marinho — BPI

Júlio Leite — BPI